

**CAMINHO  
PARA  
RONDÔNIA**

*Norman Gall  
Do "American Universities Field Staff"*

# ***1. Na ocupação da fronteira, o maior desafio***

*A colonização de Rondônia comporta alguns dos mais importantes desafios técnicos e ecológicos deste final do Século XX. Poderá determinar o grau de abundância ou escassez com que se defrontará a humanidade do próximo século e, ao mesmo tempo, responder se as últimas regiões férteis do globo terão condições de compor-se com a mais avançada tecnologia para alimentar populações bem maiores que as tribos que, durante séculos, habitaram a Amazônia.*

*No Brasil, atualmente, um dos fatores que podem determinara o êxito ou o malogro de um processo de colonização são as estradas, especialmente as secundárias, um problema que se torna evidente em Rondônia. O presente trabalho, sobre a colonização de Rondônia, foi auspiciado pela - Fundação Carnegie de Nova York, como parte de um estudo mais amplo sobre o novo papel do Brasil no mundo. O autor, Norman Gall, mora atualmente em São Paulo.*

A estrada denominada BR-364 é a nova rodovia poeirenta a abrir caminho por entre a selva para uma ocupação humana, em larga escala, da Amazônia ocidental pelos provindos do Sul do Brasil. A cada ano, dezenas de milhares de pessoas batem a estrada à procura de terra, com o avanço da fronteira brasileira pelas savanas e matas fechadas do coração continental da América do Sul, na mais rápida e ampla distribuição de novas terras desde a ocupação, há um século, do Oeste dos Estados Unidos.

Do avião, a BR-364 assemelha-se a uma incisão cirúrgica quase imperceptível no oceano verde da mata. Ao encaminhar-se para o Norte e Oeste através do Território de Rondônia, uma área com o tamanho da Alemanha Ocidental, a BR-364 passa a principal ponto de referência de quantos precisam vagar e sobreviver na selva. Ela é, muitas vezes, o único lugar para o pouso de emergência de uma pequena aeronave sobre as clareiras incipientes de floresta abatida e queimada que emergem na bruma da transpiração vaporosa da selva, a se estender por vastidões imensas. Olhando para o Oeste, se verá como ela tolda a crista da serra dos Parecis, uma formação granítica em cômodos que desce suavemente rumo ao rio Guaporé, a antiga rota fluvial do império colonial português que é hoje a fronteira da selva brasileira com a Bolívia. A bruma turva a vista do rio e da floresta, provocando uma sensação enganosa de paz.

Na estação chuvosa, de dezembro a abril, a BR-364 é quase sempre um pantanal. As chuvas assolam a região tão furiosamente que os caminhões vindos de São Paulo, de que depende toda a economia de Rondônia, só podem atolar-se em parada forçada. Nos meses de chuva pesada, as novas comunidades de colonos que margeiam a BR-364 podem ficar semanas privadas de suprimentos de farinha, sal, açúcar, óleo de cozinha, querosene e peixe salgado - tudo mandado por caminhão do Sul. Enquanto isso, os agricultores trabalharam extenuadamente para fazer a colheita do arroz antes que o vento forte e a chuva joguem as hastes pelo chão e que os grãos que arrebentaram comecem a brotar de novo. O arroz é plantado em outubro e novembro, logo antes do início das chuvas, para que os rebentos se sustentem, nas primeiras semanas, as críticas, com o nitrogênio que se desprende da umidade dos restos carbonizados da floresta. Se o arroz puder ser colhido antes que os caules caiam, terá que ser armazenado sob plásticos, no campo, por até quarenta dias. Mas há fazendeiros que não podem esperar pelo fim das chuvas para a venda da colheita “precisamos de dinheiro e não podemos esperar que a estrada seque”, disseram-me. Somos muitos os que temos que levar sacos de arroz à costas até o ponto a que podem chegar os caminhões.

## ***1.1. Pressão Demográfica***

Nesses últimos anos Rondônia tornou-se a ponta de lança da fronteira humana brasileira. A população atual do território é dez vezes o que era em 1950, tendo passado, só entre 1970 e 1976, de 110 para cerca de 350 mil habitantes. As migrações para lá significam, além disso, uma mobilização muito mais ampla rumo ao interior do Brasil continental, fortalecida no curso desse século. Esse movimento implicou numa procura e disputa pela terra, alimentando conflitos no interior e forçando centenas de milhares dos habitantes da região a ocupar território de repúblicas vizinhas, do outro lado dos quase 17 mil quilômetros de fronteira que o Brasil tem com dez países distintos, dentro da América do Sul. A pressão demográfica e econômica sobre essas regiões fronteiriças é apenas um dos aspectos da emergência do Brasil com força maior geopolítica no hemisfério ocidental. E se os governantes brasileiros ambicionam para o país um papel mais importante na política mundial, o cumprimento de tal ambição vai depender da capacidade de estabelecer e desenvolver sua fronteira interna, no seu próprio centro continental, que levou séculos para ser penetrado.

Nas áreas de fronteira anteriores, no resto do mundo, um dos principais problemas era: a que distância da linha férrea é possível a colonização? Nos Estados Unidos, na Argentina e na Austrália, os produtos da terra podiam ser levados em lombo de burro ou em carroças até 15 ou 20 km; na Rodésia, 40 km; e na Sibéria um pouco além, dada a ausência de acidentes do solo e pouco valor do tempo e do trabalho dos camponeses. No Brasil de hoje, o problema são as estradas de rodagem, especialmente estradas secundárias, que possam abastecer as fazendas e colônias que vão rasgando a selva. Em Rondônia, a área mais dinâmica e maior de colonização oficial, cerca de metade das fazendas não são servidas por estradas. Os funcionários dos órgãos de colonização julgam que uma área de 50 km de largura de um lado e outro da BR-364 poderá ser colonizada, se as estradas secundárias puderem ser mantidas em condições de tráfego durante três quartos do ano; que será de apenas 20 km se as estradas ficarem abertas apenas metade do tempo. E eles estão aprendendo ser muito mais cara a manutenção de uma estrada na Amazônia que sua construção.

Na estação seca da Amazônia, menos famosa mas não menos temível que a das chuvas, a BR-364 é uma tira de poeira avermelhada que mascara o rosto de todos os viajantes, particularmente os que se dirigem para o Norte no *pau-de-arara*, o caminhão coberto da fronteira. Cobertos de lona, os paus-de-arara levam três ou quatro famílias de colonos cada, junto com seus pertences domésticos, suas galinhas, porcos e outros animais. Em Rondônia, a viagem até o Norte num caminhão fretado pode levar duas semanas. Os passageiros se revezam nos assentos ao lado do motorista, tomam banho nas correntezas, dormem no chão sob o caminhão onde ele pára para pernoite e esperam pacientemente à sombra de árvores próximas até que termine o conserto de defeitos mecânicos e a viagem possa continuar. Alguns dos novos colonos são antigos comerciantes-produtores de vilarejos de áreas pobres e secas do Espírito Santo e Minas Gerais... Eles guiam seus próprios caminhões até Rondônia, carregando o pau-de-arara com parentes, compadres e peões para auxiliar no trabalho brutal de desbastar e queimar a floresta. Outros são pequenos agricultores do Paraná e Rio Grande do Sul, muitos descendentes de imigrantes italianos e alemães que há um século vieram para Brasil, ainda praticando uma agricultura de subsistência; enquanto outros já sonham com a transformação de dezenas de milhares de hectares em estabelecimentos pecuários. Vêm depois os ladrões de terras, os grileiros, aprendizes primitivos da prática de especulação que se espalhou como uma febre contagiosa pela fronteira brasileira. Eles simplesmente invadem a terra de outrem, ou de ninguém; o problema da propriedade se complica com a falta de fiscalização sobre os limites na selva. Com os títulos freqüentemente mal redigidos, falsificados, ou com dois ou mais títulos distintos sobre a mesma propriedade, foi possível a mesma propriedade ser vendida várias vezes, nesses últimos anos. O especulador primitivo só faz limpar um pedaço da floresta e nele erguer uma cabana, para vendê-lo ao cabo de semanas, antes de partir e começar de novo em outra parte. O comprador, um dentre milhares de caras novas chegando a cada semana a bordo de ônibus ou caminhões, pode acabar descobrindo que a mesma terra foi vendida pelo grileiro a dois ou mais "proprietários". A desordem é assim grande, por haver muita gente abrindo sua própria trilha na mata, atrás de elevações maiores que contenham pedaços de terra roxa fértil, o solo vulcânico por baixo da floresta.

Eles chegam a Rondônia em tal número que basta um só verão para que desapareçam grandes faixas de florestas e surjam novas cidades ao longo da BR-364. Por exemplo, Cacoal, numa parte da selva em que o cacau cresce virgem, na altura de um alargamento da estrada em que havia apenas cinco casas em 1972. Hoje, Cacoal tem 16 mil habitantes e está

ligada por telefone via Embratel com o resto do Brasil e o mundo exterior; há muitas farmácias e consultórios particulares, como há bares e restaurantes. O prefeito, um mulato grisalho de Minas, chegou faz três anos para estabelecer-se comercialmente. A maior parte do tempo, passa-a expedindo “alvarás de ocupação”, para que os recém-chegados possam construir barracos em próprios municipais nos limites da cidade. “Cacoal, é uma criança que já nasceu grande”, diz ele com orgulho. “Agora, o desejo maior da população é ter sua própria estação de televisão. Estamos nós mesmos fazendo uma pesquisa de mercado, a fim de mostrar que podemos pagá-la”.

## *1.2. Tempo das queimadas*

O tempo da seca é também a época das grandes queimadas. Partes consideráveis da floresta formam um tal holocausto nos meses de agosto e setembro, que os aviões pequenos ficam impossibilitados de voar sobre parte da Amazônia Ocidental, por estar a visibilidade comprometida pela fumaça a subir das grandes fogueiras feitas para limpar a floresta. Terminada a queimada, o que foi mata parece um campo arrasado pela batalha. Os troncos calcinados e desfigurados de grandes árvores estão espalhados pela terra empretecida, como vítimas de um exército invasor que tivesse posto fim a uma idade de segurança primitiva. É a destruição em escala épica, levada a cabo menos por famílias de colonos que por brigadas de peões – aventureiros, pioneiros fracassados, trabalhadores acoitados para longe de suas terras pela mecanização agrícola no Sul do Brasil. As brigadas de peões são enviadas de avião por empresas com sede em São Paulo e no Rio, que se valem dos incentivos fiscais e estímulos creditícios oferecidos pelo governo para ocupação da Amazônia. As empresas chegam à selva com aviões, agrônomos, advogados, ligações políticas, dinheiro do governo e criminosos de aluguel, conhecidos como capangas, cuja função será impedir a invasão de terras em litígio por novos posseiros e expulsar famílias das terras reivindicadas pela empresa. Assim se deu uma explosão fundiária na Amazônia e na fronteira brasileira. As empresas compram, a baixo preço, grandes áreas de florestas em que talvez haja já posseiros vivendo; às vezes costumam também comprar terras nas mãos da primeira leva de pioneiros. Às vezes os posseiros recebem algum dinheiro para abandonar a terra; outras, têm as casas incendiadas pelos capangas e os pequenos lotes de agricultura de subsistência semeados com capim de pasto por aviões da empresa, para impedi-los de plantar mais. Algumas vezes são os capangas que aleijam ou matam posseiros recalcitrantes; outras são estes que armam emboscadas aos capangas e conseguem resistir à expulsão. A tensão e a violência rapidamente se fazem legendárias, nessas regiões; e muitos brasileiros justificam-no dizendo ser este “nosso Oeste bravo”, comparando as cidades novas da fronteira brasileira dos anos 70 com as recém-fundadas cidades-ranchos do Kansas na mesma década, um século antes.

Os lavradores que se dirigem pela o eixo da BR-364 em Rondônia poderão estar a cumprir um papel histórico, invadindo a floresta tropical. Trazendo machados, enxadas e instrumentos de escavar a terra, esses colonos famintos de terra, provindos do Sul brasileiro pertencem a uma cultura estranha e antagônica à floresta tropical, o mais complexo talvez dos principais ecossistemas do mundo. Eles estão tentando substituir parte da floresta por um ecossistema mais simples e mais alimentício, de criação própria, capaz de responder pelo sustento da ocupação humana intensiva, com base numa cultura de semeadura rica em proteínas - milho, feijão e arroz.

Os invasores desafiam, assim, uma velha dicotomia do mundo tropical. Nos cerca de 22 mil anos de indícios reconhecidos da presença do elemento humano no Novo Mundo, produziu-se uma diferenciação nítida entre duas grandes áreas de cultivo da terra: primeiro, os vales úmidos da parte Norte da América do Sul, em que a agricultura se desenvolveu mediante plantio de partes de plantas preexistentes ( caso da mandioca e o inhame) e não com sementes. Essa vegetação se difundiu em sentido Norte pelo Caribe e, em sentido Sul Amazônia, provendo de fécula a dieta da população pequena e esparsa que vive principalmente da coleta de frutos silvestres e da captura de peixes e mamíferos nos rios.

A segunda grande área surgiu da agricultura, ou semeadura - especialmente de milho, abóboras e feijões - que sustentou as populações indígenas densas da América Central com uma dieta de proteínas arranjada por elas mesmas <sup>(1)</sup> – um modelo clássico de agricultura de subsistência evoluída que ainda existe na América Central de hoje. Os três produtos ocupam o mesmo lote de terra, com o

feijão a subir pelas hastes do milho e a abóbora espalhando-se pelo chão, beneficiando-se todas, conjunta e eficientemente, do sol e da chuva e preservando o solo de erosão <sup>(2)</sup>. Em todo o mundo, essa agricultura por semeadura mostrou forte tendência à expansão. No Sudeste asiático, área tropical, o arroz substituiu a cultura do inhame e outro tubérculo, o *táro*, numa grande extensão, enquanto na África Ocidental o inhame parece ter perdido o lugar para os cereais que crescem ao Norte da bacia do Congo <sup>(3)</sup>. Os atuais habitantes da floresta tropical da África Central e Ocidental invadiram a região há mais de 1.500 anos, trazendo consigo sementes e utensílios de ferro <sup>(4)</sup>.

O índio da Amazônia, ao invés, é o sobrevivente dizimado do habitante marginal, tirando sustento da floresta e dos rios e plantando mandioca e batata-doce. Na fronteira brasileira e particularmente ao longo da estrada para Rondônia, a população indígena está sendo substituída por invasores equipados com nova tecnologia de penetração. Os colonos tentam desesperadamente transferir para a savana e a floresta tropical a técnica agrícola de regiões mais temperadas, em escala e ritmo jamais tentados antes. A grande dúvida que eles enfrentam é se essa estratégia de fronteira será viável, econômica e ecologicamente.

Na luta pela colheita de arroz em regiões de chuvas torrenciais, os novos colonos de Rondônia aprenderam que há obstáculos sérios à agricultura de semeadura em florestas equatoriais. Para dar um exemplo, há uma grande diferença entre raízes e tubérculos que podem ficar na terra na Amazônia, pelo tempo que for necessário, e a colheita sob trópicos úmidos, com sua proteção contra a impregnação, que é um problema cheio de percalços. Além disso, os grãos ricos em proteínas exaurem o solo de nutrientes com muito mais rapidez que os tubérculos hidrocarbonatados; eles exigem, ademais, clareiras para maior exposição à luz do sol e à chuva, trazendo, assim, maiores riscos de erosão. Para atender ao problema, os colonos andam a improvisar técnicas mistas de plantio, semelhantes às dos antigos plantadores de sementes da América Central: intercalam o arroz, o feijão e o milho com plantio de mandioca, dando ao solo uma cobertura resistente e folhuda, que enfrenta seca e chuvas. Outrossim, as instâncias do governo, estão promovendo culturas permanentes - de cacau, borracha e bananas - que dão cobertura ao solo o ano inteiro e lhe tiram menos nutrientes.

Mas há um problema maior de recursos, a ser solucionado pelos colonos. Porque, salvo ilhas de fertilidade, como as faixas de terra vulcânica roxa em Rondônia, o solo que fica coberto pela floresta tropical é pobre. Cerca de 70% da Amazônia é de solos lateríticos, solos ácidos carentes de matéria orgânica e ricos em ferro e alumínio, que podem se transformar numa substância dura (laterita), se deflorestados e expostos à luz solar. Na região do Rio Negro da Amazônia e nas Guianas, há florestas imensas sobre areia branca, de onde até os óxidos de ferro já foram lixiviados <sup>(5)</sup>. O crescimento de vegetação luxuriante sobre esses solos pobres, com árvores que sobem até acima de 30 m é possível com a intensa e eficiente reciclagem dentro do ecossistema, do cabedal limitado de nutrientes, graças à água da chuva e à interação de miríades de espécies vegetais e animais. Uma grande margem dos nutrientes acha-se estocada nos organismos das plantas e animais e é reciclada rapidamente quando de sua decomposição pela morte. De maneira geral, a América do Sul é especialmente pobre em animais de caça de porte suficiente para alimentar uma população de colonizadores. Admite-se que as espécies nativas da Amazônia estejam abaixo, em volume, das florestas tropicais da África e Ásia. De uma área da Amazônia central constatou-se abrigar cerca de 440 toneladas métricas de matéria orgânica vegetal por acre (cerca de 40,4 m<sup>2</sup> de área) e apenas 0,08 toneladas de biomassa animal, sobretudo invertebrados e insetos, a maioria vivendo dentro do solo <sup>(6)</sup>. Ignora-se ainda se esse ecossistema, uma vez destruído, poderá ser substituído por outro, capaz de produzir bastante proteína para alimentar a ocupação humana em larga escala <sup>(7)</sup>.

### *1.3. Os desafios*

O ímpeto Norte e Oeste da fronteira brasileira importa, assim, em alguns dos mais importantes desafios técnicos e ecológicos do final do século XX. Ao mesmo tempo, a exploração e conquista da base virgem em potencial no interior da América do Sul talvez seja uma ajuda para se determinar o grau de abundância ou de escassez com que se defrontará a humanidade no próximo século e depois. Talvez ajudem também a responder perguntas como esta: a distância geográfica continuará deixando de ser obstáculo à colonização de áreas remotas da Terra? Ou as novas fronteiras virão a sucumbir aos recentes preços do petróleo? Poderão as ilhas de solo fértil ocultadas pelas florestas tropicais, uma das últimas fronteiras espaciais da humanidade, compor-se com a nova tecnologia e disciplina

ecológica, para alimentar populações bem maiores que as tribos que durante séculos habitaram a Amazônia? Ou serão esses novos estabelecimentos agrícolas prontamente varridos pela doença e erosão do solo? Os eventuais pedaços de solo fértil no “deserto verde”, uma vez privados de sua cobertura florestal, não se perderão, lavados pelas chuvas amazônicas? Em outras palavras, a queimada não virá a fazer do deserto verde um deserto vermelho, um monumento ao que há de destruidor na espécie humana? Ou estará levantando um problema que se deve enfrentar com inovação e adaptação?

No passado, perguntas do gênero seriam acolhidas com dogmatismos ou perplexidade. No começo do século, o engenheiro militar Euclides da Cunha, o maior escritor brasileiro, teve sua experiência da explosão econômica da borracha amazônica e falou da compulsão vitoriosa a “voltar, tão cedo quanto possível, abandonando a terra encharcada e melancólica, que parece destituída de solidez suficiente para agüentar o peso material de uma civilização”<sup>(8)</sup>. Tal maneira de ver é endossada na tese de muitos especialistas, que vêem a floresta amazônica como um ecossistema de extrema fragilidade, fadado à rápida destruição com a penetração e colonização humana em larga escala e que prevêem que só restará um deserto continental quando essa insânia rapaz e desapiedada encerrar o ciclo. De outro lado, os generais e tecnocratas do regime brasileiro, que lançaram a colonização intensiva da Amazônia em 1970, são propensos à crença numa Amazônia cornucópia fabulosa de recursos naturais a serem explorados, se não se quiser venham eles no futuro a ser extorquidos por alguma potência estrangeira. Acham que as partes mais férteis da Amazônia devem ficar restritas à ocupação por estabelecimentos agrícolas, deixando a parte maior, de solos lateríticos pobres, para pastagem, no maior empreendimento pecuário do mundo. Um terceiro ponto de vista, mais perpassado de humildade e perplexidade foi manifestado pelo geógrafo francês Pierre Gourou, ao investigar porque teria sido a Amazônia povoada por menos de um habitante por quilômetro quadrado pela metade do século: “A floresta do Congo não é mais saudável que a Amazônia, sendo-lhe no entanto dez vezes superior em densidade populacional. Igualmente, a floresta de Benin, no Dabomey, jamais ofereceu condições de salubridade para sua densidade populacional que comporta 20 ou 30 vezes acima da da Amazônia. Ao contrário, quer o Congo, quer Benin são menos salubres ... Hoje, a Amazônia tem poucos habitantes e uma economia em estagnação, não por força das condições naturais, mas por efeito de fatores históricos desastrosos, como o grande extermínio da população indígena, sem compensação de um ingresso de colonizadores. Não veio atividade econômica alguma de significado, capacitada para a expansão, depois da simples extração de produtos (borracha, castanhas do Pará, ervas medicinais), que causara o enfraquecimento, quer da atividade econômica em geral, quer do progresso técnico. Um dia, o Amazonas poderá talvez levar comboios de barcos, carregados de mercadorias, se os habitantes de todos os níveis sociais, puderem absorver melhores técnicas e ser imbuídos de uma idéia mais rica do progresso econômico ... Em outras palavras, foram os fatores humanos, conjugados com o obstáculo das endemias tropicais, que não favoreceram a ocupação das áreas desabitadas do mundo tropical, e que constituem no entanto os trunfos de que deverá dispor a raça humana na batalha pela sobrevivência. Por ora, continuam controvertidas as condições de ocupação desses vazios territoriais. Terão os governos de que dependem a Amazônia e as regiões limítrofes meios de assumir o progresso?”<sup>(9)</sup>.

## **1.4. Transformações**

A marcha da fronteira brasileira para o interior do continente sofreu algumas transformações extraordinárias no século XX. Primeiro, a continuidade de um crescimento demográfico sem precedentes no registro humano. Em 1900, o Brasil contava apenas 17 milhões de habitantes, encarando-se a carência de mão-de-obra como o problema econômico fundamental. Mas, em 1972, a população do Brasil vencia o limite dos 100 milhões e atingirá, por volta do ano 2000, os 210 milhões, segundo projeções da ONU. De 1950 a 1970, a população da Amazônia dobrou, após um período de estagnação, a se contar do colapso do *boom* da borracha, às vésperas da Iª Guerra Mundial. Salvo o caso dos Estados Unidos no século passado, em que a imigração desempenhou papel muito maior, a história desconhece precedentes para uma tal escala de crescimento demográfico, igual a que se registra no Brasil. Em segundo lugar, esse crescimento da população foi apoiado pelo extraordinário crescimento do Produto Nacional Brasileiro, a um ritmo médio anual de 6,1% no último meio século. Terceiro, a terra aproveitável para agricultura subiu, no Brasil, de 16

milhões de acres (6,35 milhões de ha) em 1920, para 90 milhões (35,7 milhões de ha) em 1970 tendo-se multiplicado por mais de três nesse tempo o número de fazendas na Amazônia, com crescimento ainda muito mais alto desde então. Quarto, esse avanço da área agrícola foi possível graças ao enorme esforço de construção de estradas de rodagem no interior subdesenvolvido do Brasil, que fez a rede rodoviária multiplicar-se por 10, de 1945 para cá. Os feitos mais espetaculares desse esforço foram as novas estradas que se entrecruzam na Bacia Amazônica: a Belém-Brasília, a primeira ligação por terra entre o Sul e o rio Amazonas, inaugurada em fins da década de 50; a abertura da BR-364, ligando a nova capital interiorana, Brasília, e a Amazônia ocidental, e cortando as selvas de Mato Grosso e Rondônia para atingir seu extremo Norte no Estado do Acre; rico em borracha e arrancado da Bolívia no início do século; o início da construção da Transamazônica e da Perimetral Norte na década de 70, destinadas a ligar o litoral Atlântico com as fronteiras a Oeste e abrindo caminho à colonização da floresta equatorial, para alívio da pobreza crônica, do superpovoamento e das tensões sociais na região mais castigada do Brasil, o Nordeste. Os generais e tecnocratas que governam o País contam sobre essas estradas para conexão estratégica com uma grande rede continental de rodovias, que enlaçará os centros industriais do Brasil Sul com o Caribe, ao Norte, e com o Pacífico, a Oeste. Destarte, estava o Brasil tentando criar uma civilização continental centrada no caminhão e no carro, a despeito da incapacidade de atender ao consumo interno com mais de um quinto do petróleo necessário. Se o Brasil é hoje o quinto maior país do mundo em território e o sexto em população, não se sabe de país-continente tão pobre em jazidas economicamente utilizáveis de combustíveis fósseis. Graças, entretanto, ao baixo preço de importação do petróleo e à rápida difusão de tecnologia no período pós-guerra, pôde o Brasil, nas últimas décadas, transformar-se na primeira grande nação do mundo a depender quase totalmente do motor de combustão interna para o desenvolvimento da economia e integração do território.

Por que demorou tanto a ocupação efetiva do território remoto, o sertão? Por que o Brasil contribuiu tão pouco para o surto mundial de construção de ferrovias, que fixou 800 mil km de trilhos entre 1830 e 1900? Por que não pôde o Brasil competir em capitais e recursos humanos para a colonização com os Estados Unidos, a Argentina e a Austrália? A principal razão parece ter sido a carência, no interior despovoado da América do Sul, de um produto de exportação equivalente às peles e cereais da América do Norte e da Sibéria, e à prata e estanho dos Andes, onde linhas férreas irromperam pelas alturas do Peru e da Bolívia sob condições extremamente adversas. Um representante da coroa portuguesa notava, em 1772: “Numa região tão central quanto o Mato Grosso, onde o indispensável à sobrevivência sobe a graus de escassez de mais de 300% em primeira mão, só a produção de ouro poderia manter o comércio e fazer essa colônia florescer; e se tal produção cessasse, a capitania de Mato Grosso acabaria como um estabelecimento indígena miserável”<sup>(10)</sup>. Na exata medida em que as fortunas coloniais de Mato Grosso ficavam totalmente na dependência do atendimento demanda da economia européia, a próxima vaga de penetração e ocupação do sertão teria que esperar pela segunda revolução industrial na Europa, no final do século XIX<sup>(11)</sup>.

Sem paralelo com as primeiras fases da revolução industrial, quando a Europa atendia as próprias necessidades básicas (carvão, ferro, algodão, lã e trigo), depois de 1850, os países mais desenvolvidos passaram a um estágio de nível mais elevado de consumo individual e articulação técnica, que exigiu produtos primários encontrados somente na periferia da economia mundial. Itens de necessidade tais como borracha, cobre, petróleo, bauxita, café e estanho começaram a pesar no comércio entre os países, enquanto uma rápida difusão de capitais e tecnologia invadia essas áreas periféricas, para garantir um fluxo permanente de tais produtos para os mercados mundiais. No Brasil, a produção de café nas encostas além do Rio e do São Paulo gerou uma aliança do capital e talento empresarial que instrumentalizou quer o início da industrialização, quer uma penetração mais profunda e mais sustentada do interior continental. Desde então, a fronteira brasileira avançou pelo interior sul-americano, ao longo das linhas magnéticas geradas de São Paulo, a metrópole industrial de mais rápido crescimento no mundo. Entre 1890 e 1900, a população de São Paulo subiu de 65 para 240

mil habitantes; neste século vem dobrando a cada quatorze anos, aproximadamente, para chegar agora aos dez milhões. No princípio do século, as linhas férreas que inicialmente iam até as encostas montanhosas de cultura do café, progrediram pelo interior, ao Norte e a Oeste. No começo da 1ª Guerra Mundial, uma nova linha férrea Noroeste — a conexão intercontinental até hoje inacabada — entrou pelas planícies e pântanos do Sul do Mato Grosso, para ligar, pela primeira vez, o Extremo Oeste brasileiro com os portos do litoral Atlântico<sup>(12)</sup>. Em 1930, outra ligação ferroviária progrediu de São Paulo para o Norte, rumo ao Estado de Goiás, no Planalto Central, abrindo uma nova “fronteira do arroz”, que contribuiu para a triplicação do consumo brasileiro **per capita** de arroz nas quatro décadas seguintes, apesar da população como um todo ter igualmente triplicado. Uma terceira ferrovia pioneira deu acesso aos solos férteis de terra roxa sob as florestas paranaenses, transformando o Paraná na primeira região de produção de café do mundo. A essa altura, entretanto, tais conexões ferroviárias incipientes se viram suplantadas pelo empenho na construção de rodovias que, a partir da 2ª Guerra Mundial, estão ligando todas as regiões do Brasil, pela primeira vez na história.

O ponto crítico de diferença das experiências anteriores do pioneirismo está na dependência atual da agricultura comercial com relação não apenas a maciças infusões de novas técnicas, mas ainda ao abastecimento em petróleo importado, sob forma de combustível e fertilizantes — a preços que se multiplicaram por cinco, na década do 70 —, a fim de garantir a produtividade do solo e a logística de ligação com mercados distantes. O empenho de entregar ao cultivo áreas cada vez maiores é parte do plano brasileiro de conquista do sertão e de pagamento das importações de combustíveis e bens de capital, através da liderança na exportação mundial de alimentos. Mas o aumento recente da produção agrícola não proveio de um rendimento mais alto, como na Índia e no México, e sim do novas áreas ganhas para o cultivo. O problema dessa política de agricultura extensiva é que, à medida que a fronteira vai progredindo rumo ao interior, a qualidade do solo vai se tornando geralmente mais pobre, a despeito de algumas ilhas de fertilidade, como a terra roxa no centro de Rondônia, as planícies úmidas e margosas do Acre, na Amazônia longínqua e alguns trechos ao longo da Transamazônica e da Belém-Brasília. Cultivar esses solos mais pobres demandará maior utilização de energia e mais apoio logístico. Portanto, o progresso de grandes áreas na fronteira brasileira porá um problema enorme, técnico e econômico, implicando no subsídio a insumos como maquinaria, combustível, fertilizantes, pesticidas, e na pesquisa agrícola. Uma das grandes incógnitas desse final de século é se se conseguirá sustentar esse tipo do desenvolvimento econômico com os novos preços do petróleo.

### *1.5. Cinco cidades*

Nos últimos anos da década de 70, a penetração e ocupação do interior sul-americano avança rapidamente, a despeito das inseguranças econômicas. O Brasil constrói rodovias no interior da Amazônia, rumo ao Norte e rumo ao Oeste, enquanto Peru e Bolívia estendem sua malha rodoviária a Leste dos Andes, através da selva. Na Amazônia ocidental brasileira e nas regiões fronteiriças do Peru e Bolívia despontaram, na última década, cinco cidades de mais de 100 mil habitantes onde antes não existia nenhuma<sup>(13)</sup>. E assim como Chicago, Detroit e Minneapolis dependiam de remessas de farinha de trigo do Leste norte-americano até meados do século XIX<sup>(14)</sup>, assim também as novas concentrações populacionais e cidades da Amazônia dependem do abastecimento em gêneros básicos de regiões de implantação mais antiga, a centenas de quilômetros de distância. E assim como o gado suíno do Texas, transportado até as novas cidades-rancho do Kansas nos anos 1870, atendeu à necessidade crítica de fretes ferroviários na sentido Leste — a tarifas reduzidas —, nas composições que haviam trazido produtos manufaturados da Costa Atlântica, assim também os fazendeiros da



fronteira brasileira podem expedir barato sua produção para mercados distantes, por caminhões que trazem bens de São Paulo e que de outra forma teriam que retornar vazios. Segundo uma história das cidades do Kansas, “a diferença que os fretes em sentido Oeste tinham sobre os em sentido Leste refletia a necessidade típica de uma região subdesenvolvida, de adquirir mais bens do que é capaz de vender”<sup>(15)</sup>.

A urbanização vai acompanhando a implantação de estabelecimentos agrícolas na fronteira econômica brasileira na forma como se deu no Oeste norte-americano faz um século. Com a abertura ao tráfego regular da BR-364 há dez anos, as ermas estações telegráficas postadas ao longo da estrada transformaram-se em cidades florescentes, habitadas por uma proporção crescente de forasteiros. Antes da primeira tentativa de abertura da estrada em 1960, o que é hoje Vila Rondônia era um campo isolado de mineração e um barracão feito de borracha, na junção de dois rios, onde Rondon criara há meio século um posto de telégrafo. Havia também umas poucas casas em torno do posto, apesar do ter a linha telegráfica deixado de operar por volta de 1940, com o advento da comunicação por rádio. Para abastecer esse povoado de umas poucas centenas de pessoas, era necessário viajar 25 dias do Porto Velho, a 350 km de distância, cruzando vários rios e procedendo ao descarregamento, para prosseguir a percurso por terra, em 14 diferentes lugares na selva. Daí proceder-se à remessa de abastecimento apenas uma vez por ano. A abertura de uma estrada precária para Porto Velho reduziu para seis dias o percurso, encurtado mais tarde para seis horas, na estação seca. Desde então, a população de Vila Rondônia aumentou muito rapidamente, para quatro mil habitantes, em 1970 e para cerca do 36 mil, em 1976. Ela é hoje o principal entre-posto comercial do cinturão de terra roxa que atraiu para Rondônia colonos de todo o Sul do Brasil, criou comunicações fáceis com o resto do País por rádio, televisão e telefonia via satélite, assim como pelo tráfego regular de ônibus pela BR-364, a ligar Rondônia com as áreas rurais distantes de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná, de onde as secas, as geadas e a mecanização da agricultura baniram pequenos produtores agrícolas e peões, à procura de algo melhor na fronteira. Dessa forma, os 45 milhões da população rural do Brasil parecem estar em constante mobilidade, numa das maiores migrações rurais da atualidade, em direção a um futuro extremamente incerto.

## ***2. A Luta pela Terra num Cenário de Violência***

*Sob muitos aspectos a estrada para Rondônia abriu caminho para uma terra de ninguém: para além das fronteiras atuais do conhecimento científico, das soluções técnicas e da coesão organizacional. Crê o autor que será preciso um grande esforço para que essa fronteira econômica se mantenha. De fato, as dificuldades são muitas e os ecologistas advertem que a invasão da Amazônia é prematura e perigosa.*

Ao chegar a Vila Rondônia, vários moradores qualificados avisaram-me para não andar de noite pelas ruas. A abertura da BR-364 e a descoberta de terras férteis por sob a floresta haviam atraído para a cidade magotes de gente faminta e desesperada. A população flutuante de Vila Rondônia amontoa-se em hotéis e casas de cômodos de madeira, que proliferaram pela margem ocidental do rio Gy-Paraná, em frente dos bares e prostíbulos que ficam do lado de lá do rio. A cidade espalha-se por ambas as margens, ao longo do traçado da BR-364, em direção às palmeiras gigantescas e aos castanheiros que ainda resistem entre os vestígios da floresta. Os principais centros de atividade, durante o dia, são as biroskas e as repartições públicas que ficam em volta da velha estação de telégrafos - construída em grande estilo no começo do século -, assim como os restaurantes, estações de ônibus, farmácias e lojas de

móveis e eletrodomésticos situadas na larga praça formada pelo posto de gasolina da Petrobrás, recentemente ampliado para incluir um restaurante e hotel.

O maior comerciante de móveis e eletrodomésticos afirmou que seu volume de vendas duplicou de ano para ano nos últimos três anos, apesar de a venda de eletrodomésticos ser prejudicada pela falta de eletricidade, salvo nas principais cidades.

A multiplicação de farmácias e clínicas particulares ainda impressiona mais que a de lojas, bares e hotéis. Médicos e farmacêuticos, bem como mecânicos e comerciantes, vieram em busca de oportunidades de vida, estando sempre com um olho no serviço e outro à espreita de bons negócios de compra e venda ou de especulação com terras. Segundo o novo provérbio dos clínicos brasileiros, o médico de fronteira, no espaço de dois anos, terá sua clínica particular casa e automóvel, e se tornará fazendeiro dentro de cinco.

No entanto, poucos dias antes de eu chegar a Vila Rondônia, em dezembro do ano passado, um dos médicos da cidade foi morto durante uma rixa por causa de um cheque sem fundos e da mulher. A polícia prendeu o assassino, que por sua vez foi morto no xadrez, pouco depois, por um preso a quem deram fuga. Aí o chefe de Polícia recebeu ameaças de morte e mandou dois dos quatro policiais da cidade — os únicos para garantir a lei e a ordem em uma área de centenas e centenas de metros quadrados — montar guarda à sua pessoa, enquanto dormia no hotel.

Os choques e a violência começaram cedo ser assunto da fronteira brasileira. Muitos brasileiros, comparando a região com o Oeste norte-americano de há um século, aproximam a Vila Rondônia da década de 1970 com Dodge City, por volta de 1870. Há, de fato, alguma semelhança, do ponto-de-vista do papel desempenhado pela população flutuante. Ellsworth, no Kansas, por exemplo, “logo depois de sua criação, em 1867, ganhou uma fama pouco invejável. Repleta com um ajuntamento heterogêneo de cocheiros de diligências, ferroviários, informantes do Exército, soldados e a costumeira grei de mal afamados marginais — negociantes itinerantes de bebidas alcoólicas, jogadores, prostitutas — foi cenário de pelo menos oito homicídios em seu primeiro ano de existência, todos relatados com fascínio por editores de jornais em cidades mais regradas ao longo de linha férrea. Dodge City também ganhou essa imediata notoriedade, de que jamais viria a se desfazer”<sup>(16)</sup>.

Os elementos mais conhecidos da população flutuante de Vila Rondônia são os homens que na estação seca são trazidos de avião para a selva, para o abate da floresta. Muitos são colonos fracassados, chegados a Rondônia à procura de terra para ocupação. Outros são antigos seringueiros, oriundos do Nordeste e arribados à Amazônia há décadas para a extração da borracha, que depois partiram para o garimpo de diamante e de estanho de aluviões, trabalhando mais tarde em bandos construtores de rodovias, para acabar no trabalho temporário de derrubar e queimar a mata, abrindo dezenas de milhares de hectares para estabelecimentos pecuários de propriedade de *grupos fortes*, associações de grupos empresariais paulistas. Dentre esses trabalhadores temporários deve-se contar ainda a mão-de-obra agrícola deslocada do Sul pela mecanização da lavoura e pelo abandono da cultura do café, de emprego intensivo do trabalho, pela cultura da soja, do trigo e do milho, de emprego intensivo do trator. “Há 80 mil lavradores desempregados no Paraná”, disse-me um “gato”, “e muitos prefeitos municipais no Sul lhe fornecem gratuitamente passagens de ida por ônibus para Rondônia. O problema é que muitos deles são incapazes de aguentar o trabalho na selva, correndo risco de morrer de malária ou hepatite. Muitos são andarilhos, que passam a vida identificando-se através de apelidos, sem qualquer documentação. Quando termina a derrubada, têm as mãos tão feridas e cheias de calosidades, que não podem às vezes cerrar os punhos. Se o avião os leva de volta a Vila Rondônia, bebem cachaça como se movidos por compulsão. Gastam o ganho da temporada em três dias nos prostíbulos do outro lado do rio, para depois deixar-se ficar em algum dos hotéis até o fim da próxima estação chuvosa e poder partir de novo para o mato. Fazem grandes dívidas

com os hotéis, que o novo patrão saldará, antes de transportá-los de volta à mata”.

A distinção essencial da violência na fronteira brasileira com a vista há um século no Oeste norte-americano está no nível de conflito pela posse da terra. Ele existe, na fronteira brasileira, em praticamente quase todos os níveis sociais e todas as áreas geográficas. Além disso, a violência cresceu asperamente nos últimos anos, com os enormes incentivos oferecidos pelo governo, quer à agricultura mecanizada, quer aos programas de iniciativa privada para o desenvolvimento da Amazônia, o que inflacionou o preço de uma terra até bem pouco tempo sem valor comercial. Simultaneamente, essas mesmas áreas novas estão sendo ocupadas por posseiros, muitos deles peões alijados pelo processo de mecanização agrícola promovido no Sul do Brasil, com incentivos governamentais. Numa carta pastoral sobre o problema crescente da violência, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil deu o seguinte diagnóstico: “No Brasil, desde o período colonial, houve pouca distribuição da terra. Mas o problema se agravou nos últimos anos, em decorrência de uma política de incentivos fiscais a grandes empreendimentos agrícolas e pecuários. E à especulação desenfreada sobre a terra, desencadeada por tais medidas no interior, somou-se outra consequência negativa: o aparecimento da grande empresa agrária, cercada de recursos financeiros e jurídicos, que absorveu o pequeno produtor e expulsou índios e outros posseiros da terra. Esses pequenos produtores, colonos e posseiros, com dificuldade até para conseguir uma carteira de identidade, são incapazes de obter um título de propriedade, ou o reconhecimento judicial de seus direitos como posseiros. São, assim, expulsos da terra, forçados à mudança para outras regiões ou mesmo para países vizinhos, ou se transformam em nômades que perambulam pelas estradas do País. Muitos conflitos ocorrem, precisamente, especialmente na região amazônica e em Mato Grosso, ao resistirem eles à expulsão”.

## *2.1. Corrupção e conflito*

A furiosa especulação fundiária fez grassar a corrupção entre funcionários públicos na venda de terras públicas, entre titulares de cartório, no registro de títulos fraudulentos e entre representantes do governo federal, assegurando a aprovação de projetos que provocam um vendaval de isenções fiscais e de empréstimos oficiais em condições de favorecimento. Faz pouco, o governador de Mato Grosso reconheceu terem os funcionários vendido mais terra que o contido nos limites desse imenso Estado. A pressão demográfica sobre as novas terras, junto com a econômica, criou o conflito sangrento entre latifundiários e posseiros, entre posseiros e índios e entre posseiros e posseiros. Essa violência conheceu uma escalada acentuada na década de 70, no vasto município de Barra do Garça, com um território que é aproximadamente o da Grã-Bretanha, no canto Nordeste de Mato Grosso, onde grandes extensões de selva e savana foram compradas na década anterior por pecuaristas em potencial ou simples especuladores, a um níquel ou vintém cada hectare. Os choques em Barra do Garça tiveram mais repercussão que os outros, no Brasil, por terem sido denunciados e documentados por padres, em defesa de posseiros e índios, dando lugar a amargas recriminações mútuas da Igreja e do Estado. Essas recriminações multiplicaram-se com a morte de dois padres, ali, no ano de 1976, por causa de disputas sobre terras. A 10 de julho um missionário alemão, padre Rodolfo Lukenbein foi assassinado por um bando exaltado, composto de donos de terras, posseiros e pistoleiros a soldo, que tentaram acabar com a vigilância sobre os limites da reserva indígena dos bororós, que eles tinham invadido. Padre Lukenbein, diretor de uma missão indígena da congregação salesiana, tinha servido de intermediário para convencer o governo da necessidade de resguardar as terras dos bororós. Três meses depois, a 11 de outubro, um jesuíta já bem maduro, padre João Bosco Penido Burnier, era abatido pelo tiro de um policial na vila de Ribeirão Bonito, ao entrar no xadrez,

procurando impedir a tortura e o estupro de duas mulheres presas uma semana antes. Eram a irmã e a nora de um posseiro que a polícia não conseguira prender oito dias antes, provocando um tiroteio em que morrera um cabo. A polícia tem sido muitas vezes usada pelos donos de terras para expulsão de posseiros desde 1972, quando os grupos de negócios do Sul começaram a comprar terras na região, para criar grandes estâncias de gado.

Os donos de terras acusam os posseiros de serem especuladores profissionais que se instalam numa propriedade para arrancar dinheiro, no caso de ter de sair. Os defensores dos posseiros sustentam que em muitos casos os donos de terras apelam para a arbitrariedade na expulsão dos posseiros, por serem tão falhos seus títulos de propriedade, que não poderiam fazer prova judicial. Além de recorrer à polícia, os donos de terras contratam marginais, chamados capangas, para se livrar de posseiros, mas com um risco significativo: depois de ter limpadado uma região de posseiros, os capangas às vezes exigem a terra para si. Um famoso capanga da região, Jorge Luís da Silva, se fez senhor de terras por lei própria, possuindo hoje um avião particular e gabando-se deter no juiz de direito local um sócio nos negócios.

Em outra região amazônica, ao sul do espichado Estado do Pará, que é o dobro do território do Texas, um fazendeiro oriundo do Alabama, John Walker Davies e seus dois filhos foram mortos em 1976, numa emboscada de posseiros que eles queriam expulsar da estância e reserva de estanho de 87.000 há., comprada por eles em 1964. Quando Davis e seus sócios obtiveram título certo à propriedade na terra em 1968, nela havia apenas uns poucos posseiros, que foram pagos para deixá-la. Em 1973, uma nova rodovia cortou-a em duas, facilitando a penetração de um número muito superior de estranhos, originando-se daí uma longa série de incidentes. A abertura de estradas foi a porta para imigrantes de todo gênero e o cenário montado de uma onda complexa de roubo de terras, de especulação e de violência, assim como de um movimento guerrilheiro no Pará, que manteve ocupado grande número de tropas federais, nos primeiros anos da década <sup>(17)</sup>. Mas só uma pequena fração de tais incidentes ganhou notoriedade. No longínquo Estado do Acre, mais de 50 mil camponeses brasileiros foram compelidos a cruzar a fronteira do Peru e da Bolívia, sob pressão de grupos empresariais do Sul que adquiriram ali extensas faixas de floresta cerrada. Muitos deles eram seringueiros que continuaram a coletar o látex dos seringais às margens dos rios da selva, passando pouco a pouco para uma agricultura de subsistência, ao ruir a grande expansão do comércio da borracha e depois que seus patrões abandonaram a região. Outrora, por hábito introduzido se bem que não por Lei, esses seringueiros compunham também a formação dos preços das terras de produção da borracha compradas ou vendidas, quase da mesma forma com que mudavam de mãos, na venda de propriedades, os servos índios no Peru e as “alma” na Rússia czarista. Novos métodos, porém, começaram a prevalecer, ao começar o governo acreano a promover investimentos externos e o governo federal a oferecer grandes subsídios para o desenvolvimento da Amazônia. Entre 1971 e 1976, o preço da terra no Acre foi multiplicado por cem, em termos reais, apesar de ser tão alto o custo do mapeamento na selva de modo a só vagamente se conhecer as fronteiras, na maioria das propriedades. De ônibus ou a jato, vieram peões do Sul para cortar a floresta para os “grupos fortes”. Com eles, vieram os capangas, encarregados dos serviços de segurança entre os peões e de liquidar o problema das famílias de seringueiros e posseiros estabelecidas na área que está sendo abatida. A resistência à expulsão dá lugar, de vez em quando, a assassinatos de posseiros ou capangas.

Com um século e meio de ocupação, a fronteira brasileira se ressentia ainda muito mais da pressão demográfica sobre a mata virgem, sem previsão alguma de dispositivos institucionais a garantir distribuição equitativa dos recursos. Os Estados da fronteira brasileira apresentam altos índices de fertilidade humana, semelhantes aos vistos quando da ocupação da Sibéria, da Austrália e do Oeste norte-americano há um século: é a reação de curto horizonte à oportunidade econômica surgida da incursão humana por um novo campo de recursos

naturais. Mas o principal motor dessa pressão demográfica sobre novas áreas no Brasil é a mecanização da agricultura, que tirou de regiões mais densamente povoadas peões e pequenos produtores. O regime militar brasileiro optou evidentemente pela formação de estâncias de gado para exportação nos Estados do Norte e do Oeste, financiando-a; processo muito semelhante à política seguida na Austrália, no período de colonização, de preferir os grandes estabelecimentos para criação de ovinos às pequenas fazendas. A grande massa de dinheiro do governo brasileiro derramada pelas empresas agrícolas enfraqueceu a já precária condição do posseiro e do pequeno produtor, cujas técnicas primitivas e pobreza de capital contribuem para a limitação da produtividade e para aceleração da exaustão do solo, reforçando-lhes a tendência à migração. Ao chegarem à fronteira, com todos os haveres empilhados num caminhão, eles já venderam muitas vezes seu último pedaço de terra, ou foram expulsos, barrando-se-lhes qualquer volta atrás.

## 2.2. *História Sangrenta*

No Oeste norte-americano, as planícies desprovidas de árvores permitiam a vigilância pronta e barata e a concessão de títulos precisos de propriedade sobre áreas agrícolas retangulares; as florestas da fronteira brasileira, ao invés, tornaram o trabalho do topógrafo arriscado e dispendioso. A quase totalidade dessa vasta área estava, até bem pouco, sem mapeamento, já que a terra não oferecia interesse econômico, nem dava mostras de poder produzir o suficiente para justificar a expedição de homens mata adentro, por semanas ou meses de cada vez. Na confusa e sangrenta história da colonização do sertão brasileiro, reivindicações opostas de uma mesma terra foram muitas vezes ajustadas pela violência mais do que com o recurso a normas ambíguas ou a limites jamais traçados. A usurpação ficou de fato profundamente implantada na cultura de fronteira. Em 1850, um orador na Câmara dos Deputados já dizia que o “trabalho de defender uma grande propriedade fundiária e de defendê-la sem qualquer título legal” levava os pretensos senhores de terras a “apelar para gente de baixo nível, os chamados capangas, com o fito de coagir e praticar violência na usurpação de terras ou na defesa de terras já usurpadas... A falta de segurança que todos ali sentem foi realmente a principal causa da desmoralização do povo do interior” (18).

Com a pressão de hoje para estabelecimento na Amazônia, principalmente nas áreas tradicionais de produção da borracha como Rondônia, o problema da garantia legal dos direitos à terra ficou muito mais explosivo e complexo. Uma lei de 1964, promulgada pouco depois da tomada do poder pelo atual regime militar, estabelece que os posseiros não podem ser sumariamente expulsos, se vivem e trabalham num pedaço de terra há pelo menos um ano. Esses direitos, porém, são frequentemente burlados pelos latifundiários; e é a própria lei que estimula fortemente o latifundiário à violência como meio de livrar-se de longos e custosos processos judiciais para remoção de posseiros. Por outro lado, os direitos legítimos dos latifundiários em Rondônia são quase tão sujeitos a controvérsia quanto os dos posseiros. Os relativamente poucos, capazes de exibir documentos autênticos em defesa de sua propriedade, não podem fazer provas líquidas de fato, mas apenas alegar uma continuidade de posse legal fundada em “concessões”, ou “direitos de exploração”, outorgados pelos governos estaduais aos barões da borracha no início do século. Mas essas concessões para extração da borracha eram extremamente elásticas, já que a posse era decidida pela força e o poder econômico real estava no controle sobre os rios das selvas e as confluências, as únicas rotas de exportação da borracha e de abastecimento das cabanas isoladas de seringueiros. Os direitos legítimos à terra na selva, por ocasião do *boom* da borracha parecem com os da indústria do gado nas Grandes Planícies dos Estados Unidos, antes da introdução da cerca de arame farpado, por volta de 1880. Até então, “a terra não tinha valor, o pasto era de todos, a água (para o gado) era do primeiro que chegasse” (19), formando-se grandes impérios

pecuários graças ao controle do acesso aos rios — do mesmo modo como se formaram os impérios da borracha na Amazônia. Com a queda da borracha, entretanto, muitos desses seringais foram abandonados e veio então crescendo a ação do governo federal. Hoje, ele é o primeiro proprietário de todas as terras situadas a menos de 150 km das fronteiras brasileiras e a menos de 100 km de um lado e outro de todas as rodovias federais existentes ou em projeto. Em Rondônia, o controle sobre as terras do governo federal foi delegado ao INCRA e significa o direito a mais de 24 milhões de ha., destinados principalmente a esquemas de colonização que podem ficar sepultados sob a pressão de interesses particulares à procura de grandes extensões de terra virgem barata e de milhares de novos posseiros que a cada ano chegam a Rondônia.

### 2.3. *Fim dos índios*

O extermínio dos índios na floresta brasileira começou na era colonial, foi acelerado no século passado, estando hoje prestes a ser completado. A dizimação da população nativa foi antes consequência das doenças trazidas pelo homem branco que da violência: primeiro, por ocasião do período áureo da borracha e, agora, da valorização da terra. Os índios amazônicos mostraram-se muito mais vulneráveis à incursão do homem branco que os índios das planícies dos Estados Unidos, que tinham recebido cavalos dos espanhóis no século XVII e XVIII, tornando-se força militar invencível até a introdução da arma que detonava seis vezes seguidas pelos colonizadores do Texas, em meados do século passado<sup>(20)</sup>. Boa parte de suas façanhas militares devia-se a técnicas e armas aperfeiçoadas na grande caça pelas planícies, particularmente a caça do búfalo e de gado selvagem. As planícies e florestas da América do Sul, ao contrário, não abrigam animais de largo porte, que constituam o desafio e a provisão de proteínas dos grupos de caçadores. A maioria das tribos dizimadas da Amazônia crescia outrora à beira dos rios da selva, alimentando-se de peixes e mamíferos aquáticos e desalojada das margens dos rios para a terra firme da floresta fechada apenas por outros grupos indígenas e civilizados de outras partes do Brasil.

O ritmo de colonização patrocinada pelo governo e de construção de estradas na Amazônia caiu a partir de outubro de 1973, com a guerra do Oriente Médio e a quadruplicação dos preços do petróleo, que coincidiu com os primeiros fracassos dos projetos de colonização à margem da Transamazônica e com a troca de generais-presidentes no regime militar brasileiro. Depois de sua posse, em março de 1974, o presidente Ernesto Geisel anunciou uma mudança dramática na política de desenvolvimento da Amazônia. Substituiu-se a ênfase na colonização de patrocínio oficial por um novo programa, o Polamazônia, implicando milhões em investimento durante três anos em 15 “pólos de crescimento” distintos na vasta área beneficiada pela presença substancial de minérios, estanho e solos férteis. Em Rondônia, o programa implicava na construção de uma nova represa hidrelétrica, de novas instalações portuárias em Porto Velho, na expansão da mineração do estanho e o plantio de café e cacau. Mas, dois anos depois do lançamento do Polamazônia, um levantamento promovido pelo principal jornal do Rio de Janeiro descobriu que o programa apresentava “grande disparidade, dos planos à realidade ... O atraso vem do próprio nascimento. Os técnicos da Sudam e de outras agências federais levaram 11 meses para preparar o detalhamento dos planos, o que encheu 11 volumes. Eles tinham sido redigidos sob o clima dos projetos-impacto do governo Médici (1969-1974), que visavam mais à repercussão política. Dos 400 milhões de dólares destinados ao projeto, 250 milhões foram subtraídos de projetos anteriormente existentes”<sup>(21)</sup>. A estratégia econômica de se formar um grande rebanho amazônico às custas do governo funda-se na crença, esperança ou no pretexto de estar o mundo à beira de uma crise carencial de carne; e no fato de estar a

Amazônia milhares de quilômetros mais próxima dos ricos mercados da América do Norte e da Europa que a Argentina, atualmente o primeiro exportador de carne na América do Sul. Fala-se de transportar gado por avião, ou em balsas, pelos afluentes do Amazonas. Mas indaga-se igualmente se o gado em larga escala poderá resistir às doenças da região e aos períodos de seca e se o preço da carne será jamais compensador, dados os custos estonteantes de transporte para os mercados, de regiões tão entranhadas na fortaleza remota desse continente primitivo. Entrementes, os especuladores contam com lucros fabulosos, se continuar a ganhar força o mito econômico da Amazônia; ou com anistias fiscais, se ele entrarem colapso. Enquanto não se define o problema, a floresta vai desaparecendo e milhões de habitantes pobres vão sendo empurrados para o Norte, à procura de mais terra. Seu desespero é compreensível, mas os ecologistas advertem ser a invasão da Amazônia prematura e perigosa: não sabemos, ainda o que tais terras são capazes de suportar. Não sabemos se as faixas esporádicas de solo fértil, como as que se vêem em Rondônia, conservarão por vários anos seus nutrientes, ou se serão logo lavadas, erodidas e transformadas pelo sol abrasador em argila. Não sabemos sequer se a Amazônia poderá gerar um suprimento de proteínas para sustentar por si uma população superior a das tribos nômades dos velhos tempos. Face aos novos preços do petróleo, o engenho humano terá que desdobrar-se, para descobrir alternativas de economia de energia para produção e distribuição de fertilizantes, na manutenção da fronteira brasileira em seu atual nível de penetração. Sob muitos aspectos, a estrada para Rondônia abriu para uma terra de ninguém: para além das fronteiras atuais do conhecimento científico, das soluções técnicas e da coesão organizacional. Será preciso um generoso esforço para que essa fronteira econômica se mantenha.

### ***3. Um dilema entre a abundância e a miséria***

*O grande problema da fronteira brasileira— segundo os especialistas — consiste em se saber o que pode, de fato, ser extraído como minério, o que pode ser cultivado e transportado e o que deveria ser deixado em estado natural.*

*Nesta penúltima reportagem de uma série de quatro, Norman Gall afirma que os problemas de técnicas de produção agrícola, de inventividade e de justiça são as variáveis decisivas para se saber se o Brasil continuará a ser um dos grandes fornecedores mundiais de alimentos, ou se, daqui a algumas décadas, não será um simples contribuinte ou consumidor na economia mundial de recursos.*

A estrada para Rondônia marcará o fim da floresta primitiva, cujo potencial de recursos está sendo reformulado e definido mais nitidamente pelo homem. Não mostrou ela ser a cornucópia de infindável riqueza que antes se imaginava. O problema posto pela fronteira brasileira é um problema de controle científico da exploração da terra, de inventiva e de justiça para o alargamento da vida humana nos trópicos, além do que é atualmente viável e sobrando ainda alguma coisa para o futuro.

A penetração humana da Amazônia chegou na escalada, se não no auge do processo mundial de devastação florestal, que ganhou ritmo desde há 5.000 anos. Até o momento, há falta de adaptações técnicas substanciais para uma colonização mais produtiva e racional. O desflorestamento da Amazônia tem decorrido sem render benefício econômico algum de monta para o Brasil ou para o mundo. Outrora, as florestas mundiais rendiam muito mais: foram a fonte de poder geopolítico, assim como de energia e de matérias-primas raras. O historiador francês Fernand Braudel escreveu: “Uma das causas do poder europeu foi a riqueza do continente em florestas. Colocado diante dele, o Islam iria ser traído aos poucos,

pela pobreza de suas reservas de madeira e sua gradual exaustão<sup>(22)</sup>. Mas a Europa adotou logo o tipo de desflorestamento que grassava no Oriente Médio, sob a pressão de demanda dos fenícios, do Egito e da Mesopotâmia<sup>(23)</sup>. As florestas européias, entre os séculos XVI e XIX, entregaram seus tesouros às necessidades crescentes da industrialização: cinza da combustão da madeira para a produção de vidro e sabão, lenha para a evaporação do sal, vigas de sustentação nos túneis mineiros. Os maiores consumidores foram os armadores, por causa das aventuras imperiais da Europa e das guerras continentais (que fizeram do acesso a reservas de madeira um trunfo estratégico importante) e a produção rudimentar de ferro em lingotes<sup>(24)</sup>. Por volta do século XVII, a devastação das florestas da Inglaterra obrigou a importação de madeira-de-lei para a construção naval do Novo Mundo e da Índia, levou também a substituição do carvão vegetal pelo mineral na metalurgia, abrindo-se uma fonte de energia barata em favor da Revolução Industrial inglesa<sup>(25)</sup>. Uma conversão idêntica tinha tido lugar na China um milênio antes, na produção de ferro em lingotes, em consequência do corte das florestas do Norte da China entre o VI e o IX séculos de nossa era, que trouxe uma multiplicação rápida da produção per capita de ferro<sup>(26)</sup>. Assim se deu também o desflorestamento do Sul do Brasil por ocasião do lançamento da indústria do aço durante a II Guerra Mundial, quando o carvão vegetal era transportado por caminhão, para as usinas siderúrgicas de Minas Gerais, por distâncias superiores a 800 km. De então para cá, apesar de ser o Brasil um importador de carvão tanto quanto é de petróleo, jamais se chegou a uma substituição generalizada do carvão vegetal, por falta de jazidas suficientes de carvão coque, uma parte da pobreza global do Brasil em combustíveis fósseis.

Na ausência de uma conversão para outras fontes de energia depois da crise do petróleo, o Brasil fica gravemente exposto a depredação de recursos naturais, para manter uma fronteira agrícola produtiva. Os dados obtidos de sondagens por radar permitiram uma avaliação da reserva madeireira da Amazônia em um trilhão de dólares<sup>(27)</sup>. Mas a maioria delas está sendo queimada para simples limpeza de área, dada a dificuldade em transportá-la até os mercados consumidores, com os rios como única via de escoamento e com a constituição dos troncos, compactos demais para boiar. A FAO (Organização das Nações Unidas para Alimento e Agricultura) estima em 100 mil km<sup>2</sup> as florestas abatidas a cada ano na América Latina<sup>(28)</sup>, com o Brasil respondendo provavelmente pela maior parte dessa cifra. Falta ainda buscar, no potencial natural da Amazônia, fontes alternativas de energia, tais como os recursos hídricos para geração de eletricidade (inclusive produção de combustível de hidrogênio por eletrólise) e a conversão da biomassa, para garantia de uma ocupação permanente. Apesar de constituírem hoje não mais que 30% das terras emersas do globo, as florestas densas respondem ainda por cerca de 90% da biomassa do mundo. Os cientistas afirmam que o processo de desflorestamento está fazendo baixar a variedade no capital genético de espécies vivas. Nas palavras de um destacado botânico tropical, “os biólogos estão em geral de acordo quanto à origem de maior parte da fauna e flora do mundo atual e talvez do próprio homem: nos trópicos úmidos. Durante milhões de anos, a floresta tropical funcionou simultaneamente como produtora e acumuladora da diversidade evolutiva; e daí os capazes de adaptações a meios ambientes menos clementes — plantas e animais — emigraram para regiões subtropicais, temperadas ou mais frias. A floresta tropical está hoje incapacitada para esse papel; já se cortaram, com a destruição das florestas e outros ecossistemas, as linhas de comunicação, tornando-se impossível a migração. Mesmo se se conservassem as áreas atuais de floresta tropical, tão reduzidas, dificilmente poderiam estas cumprir papel como o da floresta muito mais extensa, anteriormente ... Existem ainda áreas consideráveis de floresta tropical na Amazônia, na África, em Bornéu e na Nova Guiné. Mas é provável que pelo final deste século venha a sobrar muito pouco”<sup>(29)</sup>.



### 3.1. Perguntas na Selva

As necessidades humanas, a desordem e a especulação provocaram indagações prementes quanto ao sentido e viabilidade, enquanto grupos de semeadores vão pela BR-364 e outros caminhos da fronteira, à conquista da selva. Para o mundo, o grande problema da fronteira brasileira consiste em se saber o que existe “lá longe”: o que pode de fato ser extraído como minério, o que pode ser cultivado e transportado e o que deveria ser deixado em estado natural. O importante é saber, em síntese, qual o teto de recursos da humanidade numa das últimas regiões de exploração ainda não avaliada. Essas perguntas envolvem inseguranças na esfera tecnológica: a necessidade de investimentos de capital, de novos sistemas de produção e distribuição e, sobretudo, de capacidade organizadora, para aperfeiçoar e manter novas formas de adaptação humana. O Brasil é talvez o mais bem-sucedido de todos os países em desenvolvimento, depois da II Guerra Mundial, na assimilação à economia nacional de uma game extraordinária de tecnologia industrial. O desafio das décadas por vir, entretanto, importará provavelmente em maior grau de inovação por meios próprios e capacidade.

As maravilhas tecnológicas de levantamento da Amazônia por radar e por satélite parecem constituir o auge de um século de exploração intensificada da região com meios menos sofisticados, na procura de minério, borracha e de terra arável, conduzida a maioria das vezes por homens que vão a pé ou em pequenos barcos. A grande jazida de ferro de Carajás foi descoberta por uma equipe de campo da United States Steel, composta de 15 pessoas, guiadas em sentido Leste por formações pré-colombianas, à procura de manganês e ferro. Gene Talbot, o chefe da equipe, pensou antes em proceder ao levantamento da área por avião, mas não encontrou um piloto de selva com disposição para voar sobre região tão distante e tão desprovida de clareiras ou campos de pouso. Uma preocupação mais imediata era escapar rumo ao Leste da região do Xingu, infestada de malária, e encontrar uma localização para descida de um helicóptero com os provimentos mais essenciais e críticos. Num desses vôos de abastecimento, os pilotos e geólogos avistaram uma série de platôs antes desconhecidos, avermelhados e sem vegetação, que cogitaram primeiro como opção para pouso de emergência. Os platôs avermelhados estavam cobertos por uma camada de *kanga*, uma formação rochosa com baixo teor de ferro, que se estendia por uma área de várias centenas de quilômetros quadrados e que escondia várias formações de minério com alto teor de ferro, somando quase 16 bilhões de toneladas.

Os depósitos de estanho de aluvião de Rondônia foram descobertos quase da mesma forma. Em 1951 encontraram-se pequenas jazidas de ouro e diamantes nas encostas da serra dos Parecis, no centro de Rondônia. A descoberta atraiu para a região numerosos mineiros nômades (garimpeiro) que cavaram e batearam nos riachos da selva com os mesmos métodos primitivos de há séculos, nos territórios remotos do Brasil. Alguns encontraram metais preciosos, outros fracassaram. Vários destes, os “blefados”, pediram para trabalhar no estabelecimento de extração da borracha de propriedade de Joaquim Pereira da Rocha, que alegava ser dono de 400 mil ha de seringais às margens do rio Gy-Paraná, no centro de Rondônia. Rocha achava que em suas centenas de milhares de hectares deveria haver diamantes. E contratou na prospecção alguns dos garimpeiros falidos. Ao invés de diamantes, eles lhe trouxeram uma areia preta pesada, remetida para os Estados Unidos, para testes de laboratório: a areia preta era cassiterita, a minério do estanho metálico. E era a maior descoberta de estanho no Novo Mundo, desde a escavação das minas dos Andes na Bolívia, em princípio do século. Entusiasmados, começaram alguns a comparar as jazidas de aluvião de Rondônia e as da Malásia, o maior produtor mundial. Era o início de uma explosão mineira.

As penetrações dos últimos anos, todavia, comprometeram gravemente os mitos da riqueza natural da Amazônia. Os mitos tiveram a mesma duração que a ausência de acesso e a ignorância dos recursos da região tão precário era o conhecimento da Amazônia ao se abrir a Transamazônica, nos primeiros anos da década de 70, que se estabeleceram colônias agrícolas sobre solos virgens que viraram areia depois do desflorestamento. Parte da melhor terra ao longo da Transamazônica terá agora que ser inundada, importando na transferência de milhares de colonos, com o lago a ser formado pela imensa represa de Tucuruí, erguida no Tocantins. Por desconhecimento do solo, traçou-se a estrada passando por áreas que ficam sob água seis meses por ano e cruzando três vezes um mesmo rio sinuoso. Uma região foi marcada para ser um parque florestal nacional; verificou-se depois que era uma imensa savana. O projeto Radam descobriu e pôs pela primeira vez no mapa um importante afluente do rio Amazonas, com 800 km de curso, que era desconhecido. Entre outras façanhas dos levantamentos de alta tecnologia, está a descoberta geológica de formações inferiores de rocha vulcânica, que contraria algumas das interpretações clássicas da formação do solo da América do Sul. As imagens do radar fizeram encontrar grandes camadas calcáreas, que poderiam ser empregadas para correção da acidez do solo em muitos planaltos. No Estado do Acre, no extremo Oeste, o programa Radam detectou cerca de 65 mil km<sup>2</sup> de terra densa por sob a floresta tropical, julgada capaz de agüentar uma agricultura intensiva. Antes, os cientistas acreditava que a Amazônia era quase toda constituída de solos arenosos ou lateríticos, pobres em nutrientes; mas o programa Radam constatou que pelo menos dois por cento da região são solos férteis. Numa área com cerca de cinco milhões de quilômetros quadrados, esse percentual representa um bom pedaço terra, em termos absolutos. A dispersão dessas ilhas de fertilidade, contudo, mais os problemas de ordem logística, de abastecimento e comercialização da produção dessa região, talvez sejam um obstáculo a sua exploração econômica em larga escala.

### *3.2. Inventário Geral*

Os levantamentos por radar e por satélite desses últimos anos, assim como um reconhecimento amplo da Amazônia na busca de minérios, terra arável e espécies botânicas, contribuíram para um aumento espetacular nos conhecimentos sobre o vasto potencial da região. A medida que vai chegando a informação, porém, os cientistas caminham para concluir que, de modo geral as descobertas efetuadas recentemente na Amazônia não trouxeram qualquer modificação substancial do inventário mundial dos recursos naturais conhecidos. Faz exceção a imensa jazida ferrífera de Carajás. Mas o mundo parece bem abastecido, pelo resto do século, por fontes mais acessíveis de minério de ferro, inclusive o próprio Quadrilátero Ferrífero brasileiro, no Estado de Minas Gerais.

Se a fronteira brasileira avançou rapidamente durante a era de importação do petróleo barato e abundante que alimentou a expansão econômica mundial do pós-guerra, é improvável que o Brasil possa mantê-la com petróleo de fontes internas. A aceleração da marcha brasileira para o interior no período pós-guerra não se teria dado sem uma dramática reformulação e expansão dos padrões de consumo de energia. Até 1946, 70% das necessidades brasileiras de energia eram atendidos pela madeira e carvão vegetal. O mesmo índice, por volta dos inícios da década, era devido ao petróleo e à produção de eletricidade em usinas hidrelétricas depois de ter aumentado quatro vezes, como um todo, o consumo brasileiro de energia.

Em outras palavras, o Brasil pulou, no curso de uma geração, de uma economia de combustível de madeira para uma economia guiada pelo petróleo, uma transição que a Europa levou três séculos para operar. Quando da quadruplicação dos preços do petróleo, em 1973-

1974, o Brasil se encontrava no auge de seu “milagre econômico”, com o crescimento do Produto Nacional Bruto a uma média anual de 10% no período 1968-1974. Então, tinha a Brasil chegado a ser a nona indústria automobilística do mundo e estava às vésperas de ser o primeiro país em desenvolvimento a juntar-se ao pequeno grupo de países industrializados que produzem mais de um milhão de veículos ao ano. Mas, na condição de maior importador de petróleo entre os países em desenvolvimento, viu-se o Brasil forçado, desde 1973, a contrair pesados empréstimos no Exterior, para poder pagar o petróleo indispensável à manutenção de sua atividade econômica. Tais empréstimos transformaram-no no maior tomador do mundo, elevando-lhe a dívida externa na cifra estarrecedora do 30 bilhões de dólares. Sob tal pressão financeira, foi tendo que adaptar o orçamento energético aos novos preços do petróleo: já elevou os preços da gasolina para cerca de dois dólares o galão, embarcou num programa de substituição gradual da gasolina por álcool extraído da cana-de-açúcar e da mandioca combustível e aceitou a alta dos fertilizantes químicos, suprimindo os subsídios governamentais ao consumo. Medidas muito mais radicais, porém, se farão necessárias no apoio à colonização em larga escala de regiões internas remotas, tipo Rondônia.

Se houver um esforço sério para manutenção do desenvolvimento brasileiro durante as últimas décadas deste século, será imperioso levar avante formas de invenção e de adaptação que ultrapassem de muito a simples importação de petróleo e de uma tecnologia industrial padronizada. A Amazônia tem dois trunfos principais, em matéria de recursos naturais, para fazer frente a, esse desafio. O primeiro é o enorme potencial hidrelétrico. No período de pós-guerra, é o Brasil que tem conduzido o maior programa do mundo em construção de represas hidrelétricas, tendo praticamente dobrado sua capacidade geradora a cada oito anos, a partir de 1950. No canto Sudoeste do País, sobre o rio Paraná, que é a fronteira com a república vizinha do Paraguai, o Brasil está construindo (com consentimento do Paraguai e participação deste nos rendimentos) Itaipu, o maior projeto hidrelétrico jamais realizado em qualquer parte do mundo, que tem cinco vezes o porte da represa de Assuã, no Egito. Quando todas as 18 turbinas gigantescas de Itaipu começarem a funcionar, pelos meados da década de 80, a usina produzirá sozinha 12 mil megawatts de eletricidade por dia, equivalentes a mais da metade da atual capacidade geradora do Brasil. Mas, mesmo incluindo a contribuição esperada de Itaipu, o atual potencial gerador de eletricidade do Brasil é pouco, em comparação com o potencial hidrelétrico da Bacia Amazônica, calculado em cerca de 80 mil megawatts. Esse potencial enorme ficou até agora sem aproveitamento dada a existência de centros de construção mais barata no Sul, e mais acessíveis aos principais mercados consumidores de energia, com capacidade para atendimento da demanda do País até o presente. Além disso, até bem pouco, não havia técnica de linhas de transmissão a grandes distâncias, tais como da Amazônia a São Paulo, sem grandes perdas do potencial energético a meio caminho. Mas com a inauguração, em 1970, da linha de transmissão Bonneville-Los Angeles, por toda a extensão do litoral Pacífico dos Estados Unidos, assim como de instalações congêneres da Suécia, África do Sul e Austrália, conseguiu-se um novo método eficaz de transmissão a longa distância usando corrente direta. Só que os problemas logísticos e de engenharia, na construção e conservação de uma linha de força de Norte a Sul, a partir da Bacia Amazônica, ficariam na ordem dos do oleoduto do Alasca, ou da construção, pelo Marechal Rondon, da linha telegráfica na selva, pelo que hoje é a Rondônia, no princípio do século. Com a crescente escassez mundial de eletricidade barata, entretanto, o potencial hidrelétrico da Amazônia começa a ser visto como um futuro pólo de atração de estabelecimentos industriais de outras áreas.

### *3.3. Técnica promissora*

O segundo grande recurso amazônico para adaptação a uma economia energética em transformação é a prodigiosa produtividade fotossintética. De vez que os trópicos úmidos são um ambiente natural de extrema eficiência para conversão da luz solar em matéria clorofilada, a Amazônia é um campo promissor para aplicação de técnicas simples ainda em elaboração, de transformação de energia solar em formas exploráveis de energia. Tais técnicas seriam a saída para se obter, em lugares como Rondônia, a criação de uma economia energética relativamente auto-suficiente, ao invés de deixar sucumbir, por efeito da alta do petróleo, a atual onda de colonização num arquipélago cada vez mais isolado e marginal de famílias e comunidades praticando uma agricultura de subsistência sob enormes dificuldades econômicas e ecológicas.

Uma técnica promissora é a biogaseificação, processo de digestão da matéria orgânica animal ou vegetal por certos tipos de bactérias anaeróbias, que produzem metano, um gás natural útil como combustível ou para geração de energia elétrica. Os desejos da digestão bacteriana são fertilizantes e podem ser usados no solo. A biogaseificação é conhecida desde a década do 30, ao ser elaborada na Índia, com estrume, em bases experimentais e pioneiras. Foi também empregada para gerar energia em estações de tratamento de esgotos nos Estados Unidos. Mas o uso só se difundiu após a alta nos preços do petróleo em 1973, para, daí espalhar-se rapidamente pelas regiões rurais da Índia, por Formosa, pela China e pela Coréia do Sul, onde famílias e aldeias operam por si os tanques de digestão, que consomem sempre excremento humano e animal <sup>(30)</sup>. Na Amazônia seria pouco prático o recurso ao esterco como principal fonte da biogaseificação, dada a baixa densidade de biomassa animal. Mas a extraordinária produtividade da matéria clorofilada nos trópicos úmidos fornece uma alternativa viável. A região banhada pelo Amazonas e seus afluentes produz culturas naturais ricas em gramíneas aquáticas e outros vegetais. O capital em combustível desse gênero de cultura virgem ficou comprovado há pouco, com experiências feitas no Mississipi pela NASA. Utilizando-se de jacintos aquáticos, uma planta nativa da América do Sul tropical, que hoje atravanca o curso de muitos rios do Sul dos Estados Unidos, na tentativa de retirar traços de metal dos esgotos municipais, os pesquisadores da NASA descobriram que os jacintos não apenas purificavam totalmente a água que passava pelos tanques de tratamento: constataram também que, dado seu alto teor em nitrogênio, proteínas e minerais, as jacintos eram também consideravelmente preciosos como fertilizantes orgânicos e suplemento de rações animais. Mais importante ainda, acrescentaram os cientistas: “Os jacintos aquáticos podem também ser usados na produção de biogás com 60-80% de metano, sucedâneo bastante provável do gás natural. Nossa pesquisa mostra que se pode extrair 374 litros de biogás por quilo de jacinto aquático ressecado; seu valor combustível é de 21.000 BTUs por metro cúbico, comparável aos 31.600 BTUs do metano puro. É possível uma cultura constante de jacintos nos poços de esgotos domésticos(...) onde eles desempenharão também uma valiosa função antipolvente. Um hectare de jacintos aquáticos alimentados par nutrientes encontrados nos esgotos pode render entre 0,9 e 1,8 toneladas de material vegetal ressecado por dia. Essa biomassa pode produzir do 220 a 440 metros cúbicos do metano, com um valor combustível de 7 a 14 milhões de BTUs. Além disso a lama que sobra da fermentação é um fertilizante de utilidade, por reter quase todo o nitrogênio, todo o fósforo e outros minerais” <sup>(31)</sup>.

Com essa técnica engenhosa, vilas e cidades ribeirinhas da Amazônia, tais como Porto Velho e Rondônia, poderão ser auto suficientes em combustíveis essenciais e fertilizantes. E esse sistema de exploração da biomassa poderá provavelmente ser montado ao preço de compra e transporte do abastecimento anual de óleo combustível, para consumo na usina termoeletrica convencional da cidade. O principal problema técnico consistirá na garantia do suprimento de água o ano inteiro, para manter as plantas vivas e provocar a reprodução ao longo de rios que ficam praticamente secos no período de verão. E mesmo que esse esquema

venha a ter êxito, terá que se restringir principalmente às regiões ribeirinhas da Amazônia, em que o homem tem sido sempre capaz de sobreviver em densidades relativamente altas - sem poder estender-se às “terras firmes” do interior, distantes dos rios e com os maiores problemas do sobrevivência humana e desenvolvimento.

### 3.4. *Desafio estratégico*

É velha essa situação vivida de isolamento. Mesmo depois que, em outros continentes, abriram-se ferrovias e rasgaram-se canais para expansão e integração da rede de núcleos humanos no século XIX, permaneceram as comunicações internas do Brasil muito primitivas. Para que uma ferrovia fosse estendida de São Paulo, em sentido Oeste, para Mato Grosso, às vésperas da I Guerra Mundial o único meio encontrado por funcionários administrativos brasileiros para chegar a essa imensidão sem caminhos foi fazer uma viagem de contorno por vapor, partindo de Buenos Aires e subindo o rio Paraguai. E isso pôs o Brasil diante do mesmo problema estratégico que tone sido enfrentado pelos Estados Unidos, se não tivessem comprado a Luisiânia e se um inimigo em potencial detivesse o controle sobre o porto de Nova Orleans e, conseqüentemente, sobre o acesso ao Mississipi e seus afluentes todos.

Apesar do avanço da ocupação humana neste século, persistem, em termos de desenvolvimento econômico as savanas e selvas do interior brasileiro - um problema algo semelhante ao do Grande Deserto norte-americano, como era chamado até o final do século XIX, a região a Oeste do rio Mississipi e a Leste das Montanhas Rochosas. O Grande Deserto só se tornou área de fixação de populações depois da introdução de certas técnicas agrícolas tais como o cultivo em solo seco, a cerca de arame farpado e a irrigação, que na época foram inovações revolucionárias. Da mesma forma, uma ocupação humana estável e viável das savanas do Grande Planalto Central do Brasil e das florestas da Amazônia está à espera de mais uma geração de inovação e adaptação agrícola, assim como de mais justiça social a trazer consigo um grau maior de paz.

Basicamente a mesma fermentação bacteriológica usada na produção de biogás poderá também ser aplicada para o enriquecimento da mandioca com um conteúdo maior de proteína, a fim de que essa raiz onipresente, produto de primeira necessidade nas terras baixas tropicais da América do Sul desde os tempos pré-históricos, possa atender às necessidades dietéticas de uma população agrícola fixa <sup>(32)</sup>. Mas essas invenções poderão ser aperfeiçoadas e de aplicação vasta? O que tem faltado, especialmente na agricultura é uma tradição de engenho, que faz progredir a adaptação tecnológica mediante a difusão de práticas e experiências: o tipo de tradição que capacitou a Europa do Noroeste, por volta do século XVI ou XVII, a se tornar centro mundial de inovação. No avanço da fronteira brasileira atual não há nada semelhante à proliferação de jornais, revistas e almanaques de fazendeiros, que funcionaram no Oeste norte-americano como meios de difusão de idéias novas e de comparação entre experiências isoladas, no século XIX <sup>(33)</sup>. A diferença, talvez deva ser atribuída também à instabilidade e à alta concentração de propriedade fundiária no Brasil, assim como ao analfabetismo generalizado na força de trabalho agrícola. Nas últimas décadas, a Brasil formou um corpo pequeno mas competente de cientistas, que começou a promover a pesquisa agrícola e os trabalhos de extensão. Parte desse desempenho é promissor, mas até quando os resultados obtidos em experiências controladas poderão ser aproveitados num universo de grande instabilidade social e ecológica?

Os problemas de técnicas de produção agrícola, de inventividade e de justiça serão as variáveis decisivas da volta, ou não, do interior brasileiro à situação de fronteira vazia, e para

se saber se o Brasil continuará a ser um dos grandes fornecedores mundiais de alimentos, ou se, daqui a algumas décadas, não será um simples contribuinte, ou consumidor na economia mundial de recursos. São problemas que serão solucionados por um equilíbrio entre população e recursos no mundo.

#### ***4. Espigão, retrato selvagem da fronteira***

*Nesses últimos anos, Espigão do Oeste tem sido constantemente castigado por brigas entre moradores e índios, dos moradores uns com os outros, dos moradores com os colonos mandados pelo INCHA e de todos com os forasteiros que se arriscam por lá, por conta própria.*

*É assim que Norman Gall, encerrando esta série de quatro reportagens, resume uma situação de conflito praticamente insolúvel e na qual ninguém se entende — nem o INCRA, nem os posseiros, nem os latifundiários, nem os invasores e nem os índios.*

Situado numa elevação de terreno, o estabelecimento rural de Espigão do Oeste fica ao lado de uma estrada rudimentar de poeira, no centro de Rondônia, que sai da BR-364 para entrar pelos restos carbonizados da floresta. Espigão do Oeste tem uma história estranha, sintomática da índole emaranhada, intrigante e às vezes violenta da fronteira brasileira.

Em 1967, alguns paulistas empresários imobiliários rasgaram a trator o caminho pela selva até à elevação que dista cerca de 30 km da BR-384. Irmãos Melhorança, uma empresa com experiência em projetos privados de colonização nas últimas três décadas em São Paulo, no Paraná e em Mato Grosso, atraiu, naquele ano, 30 famílias de origem sulista, vendendo-lhes “beneficiamentos” e “direitos de ocupação” sobre divisões de terras da União, totalizando 2.000 ha.. Mais tarde, quando o governo acusou os Melhoranças de invasão de reservas indígenas, havia já em Espigão do Oeste cerca de 900 colonos reivindicando direitos a um milhão de hectares; e a colônia viu-se então colhida no meio de uma luta áspera pelo controle das terras virgens de Rondônia entre empresas privadas do Sul do País e o INCRA, a agência oficial de colonização. O que resta a decidir é se a colonização de Rondônia ficará sob a direção pública ou particular, e se a maneira predominante de aproveitamento da terra continuará sendo a colonização com pequenos sitiantes, ou se optará pela empresa agrícola em grande escala. Os funcionários do INCRA denunciaram Espigão do Oeste como invasão indébita de terras do Estado: e se aproveitaram da luta política que então se originou para um teste da capacidade do INCRA, de controle sobre a colonização em Rondônia. Nessa luta, o INCRA foi acusado de corrupção administrativa, de expropriação arbitrária e de incompetência pelos latifundiários, muitos deles com direitos duvidosos; e pelas empresas particulares de colonização. Como resposta às acusações de usurpação de terras da União, os Melhoranças alegam que seu empreendimento fora estimulado informalmente e apoiado pelos governadores de Rondônia nos últimos anos da década de 60, antes de ter o INCRA ali seu próprio programa de exploração.

O arraial de Espigão do Oeste cresceu rápido. Os colonizadores fizeram igreja, escola, hotel, vários armazéns, uma serraria, uma unidade para beneficiamento de arroz e convidaram um grupo de 80 índios suruí para estabelecer-se na região. Em 1977, o povoado comprou um gerador de eletricidade. Aparentemente para rebater acusações da Fundação Nacional do Índio - Funai – de estarem explorando o trabalho dos suruí, os Melhoranças apareceram em fotos nos grandes jornais dando carona até o povoado a mulheres e crianças

índias nuas, na carroceria de uma pick-up. Mas o chefe local do posto da Funai denunciou: “Os Melhoranças estão tentando tirar os índios da área de reserva da Funai. Logo que os índios se retirarem, eles entrarão com requerimento para que colonos brancos ocupem a reserva indígena, já invadida por seus clientes. Obtida tal concessão, deixarão os índios ao abandono”. Retrucando, os responsáveis pelo empreendimento acusaram a Funai de testa-de-ferro de empresas estrangeiras que desejam fazer a lavra do estanho de aluvião encontrado na reserva indígena e nas terras contíguas habitadas pelos colonos. Enquanto isso, os suruíis perderam toda sua área de caça e estão rodeados por moradores oriundos do Sul do Brasil.

Hoje, alguns dos sobreviventes estão empregados como diaristas em Espigão do Oeste. Outros vagueiam desanimadamente pelas ruas barrentas do povoado, pedindo comida e dinheiro. Em dezembro de 1976, demitiu-se o chefe do posto local da Funai, irritado com o descaso de seus superiores em Brasília, pelos relatórios que lhes enviara sobre a degeneração das condições de vida dos suruíis. Antes, no mesmo mês, tinha-lhes passado um rádio advertindo que “os suruíis do Espigão do Oeste andavam famintos e, para sobreviver, estavam esmolando na BR-364. As mulheres estão sendo apanhadas pelos motoristas de caminhão que passam; mesmo meninas de 12 anos de idade têm sido levadas por eles, sendo encontradas após vaguearem por aqui e ali, por agentes da Funai até em Mato Grosso, antes de devolvê-las para cá. Os exames médicos revelaram que essas índias contraíram doenças venéreas”.

“Os Melhoranças deram presentes aos índios e estes vieram viver perto do Espigão do Oeste”, disse um dos moradores. “Depois, os funcionários do governo começaram a dizer que a reserva indígena estava sendo violada, que terras da União destinadas a hasta pública estavam sendo invadidas, que gente nossa estava a ocupar terras reservadas pelo INCRA para outros colonos. Os funcionários falavam assim, mas o governo não fez nada. Apareceram então, em fins de 1973, uns topógrafos do INCRA no Espigão do Oeste, para delimitar as áreas de colonização. Os Melhoranças mandaram o povo prender os topógrafos e sumir com seu instrumental. E assim começou a confusão”.

#### *4.1. Muitos conflitos*

Nesses últimos anos, Espigão do Oeste tem sido constantemente castigado por brigas entre moradores e índios, de moradores uns com os outros, de moradores com os colonos mandados pelo INCRA e de todos com os forasteiros que se arriscam por lá por conta própria. Fazem dois anos, o INCRA criou o projeto de colonização do Gy-Paraná, na região de Espigão do Oeste, a fim de coibir a movimentação dos empreendimentos particulares. O INCRA denunciou os Melhoranças como grileiros e mandou topógrafos para separar faixas de 100 ha para o novo projeto de colonização. Os fiscais, porém, foram cercados por moradores enfurecidos já ali estabelecidos, que lhes tomaram os instrumentos. A polícia reagiu, entrando no povoado e batendo em várias pessoas, inclusive num sitiante que veio a morrer poucos dias mais tarde; 11 moradores foram mandados para o xadrez na capital do território, Porto Velho. Nilo Melhorança, que cuidava dos interesses da família em Espigão do Oeste foi preso e ficou detido por seis meses em Belém, na foz do Amazonas, sob acusação de atentar contra a Lei de Segurança Nacional, apenas para ter a liberdade decretada por um militar, que se declarou incompetente na questão. Esses fatos foram depois levados a plenário no Congresso Nacional, pelo deputado oposicionista de Rondônia, como o “massacre” de Espigão do Oeste.

## 4.2. *Papel do INCRA*

A chegada do INCRA a Espigão do Oeste gerou atritos entre dois grupos de habitantes que já haviam preparado seus alojamentos. A agência ofereceu a todos esses lotes de 100 ha em troca das primitivas alegações de posse. Mas porque a família Melhorança vendeu ‘direitos de ocupação’ de lotes tão exíguos que ficavam em 6 ha e tão grandes que chegavam a 3.000 ha, só os proprietários menores é que se dispuseram a aceitar a oferta. Um deles, Roque Simón, acabou metido na briga entre pequenos e grandes posseiros e entre o INCRA e as empresas privadas de desenvolvimento de Espigão do Oeste.

Roque Simón é um homem magro de 32 anos, que chegou a Espigão do Oeste com a família num pau de arara, em agosto de 1973. Tem os olhos vivos, os cabelos encaracolados e a tez rosada e queimada, características dos filhos e netos de imigrantes italianos chegados ao Brasil em princípios do século, para trabalhar nos cafezais de São Paulo. Se Roque é mais arguto em suas observações e decisões que os outros habitantes de Espigão do Oeste, é em parte talvez por causa dos quatro anos, 1967 a 1971, que passou na metrópole paulistana, trabalhando numa fábrica de fogões de gás e consertando eletrodomésticos nas horas de folga, até contrair um problema pulmonar que o médico atribuiu à inalação de gás na fábrica e à poluição ambiental. “São Paulo é o lugar de trabalho do homem sem capital”, diz ele. “Nunca falta comida em São Paulo e a lei funciona melhor. Apesar da proibição de greves, os sindicatos forçam os patrões ao cumprimento da lei. Mas um homem sem capital em São Paulo não chega a mais que ter uma casa e um carro. Eu tinha que ter dois empregos para construir uma casa de madeira e comprar um carro usado. Quando nós nos mudamos para Mato Grosso, em 1971, passei um ano trabalhando na terra. Depois fui para o comércio. Eu e meus irmãos começamos com uma agência vendendo instrumentos agrícolas para pequenos fazendeiros. Fiz plantações de café de parceria com meu irmão e continuei consertando eletrodomésticos. A região de Dourados, em Mato Grosso, era muito fértil, mas só nos foi possível sobreviver. Dava para sustentar-nos, mas sem progredir nada. O preço da terra estava subindo, porque os grandes fazendeiros estavam comprando tudo dos pequenos. A geada também queimou nosso café. Você pode se garantir contra insetos e inundações só não há meio de defesa é contra a geada. Um amigo que tinha estado em Rondônia falou-nos de Espigão do Oeste. Parti para lá à frente e depois trouxe a família, em 1973.

Foram seis dias para chegar a Espigão do Oeste em **pau-de-arara**. Havia três famílias no caminhão, 21 pessoas ao todo, entre adultos e crianças, mais umas peças de mobília e roupas, 35 porcos e cinquenta galinhas, pesando tudo cerca de nove toneladas. O caminhão estava tão cheio que tínhamos de dormir em pé, ou então passar a noite debaixo dele, à margem da estrada. Rodávamos quinze horas por dia; o grande problema era a poeira. Ao chegar aqui pela primeira vez, comprei um pequeno barraco no povoado para a família, de sorte que quando viemos todos, pude logo ir à procura de terra. Os menores sítios junto do povoado custavam 20 ou 30 mil cruzeiros e eu não tinha tanto dinheiro. Dai avancei mais fundo na mata e comprei 5 ha por quatro mil cruzeiros. Era tudo mata fechada, não havendo estrada até lá. Fui a pé limpar um pedaço e erguer uma choça onde minha família pudesse viver. Fomos viver lá com esperança de ter um dia mais terra. Os Melhoranças davam às pessoas oportunidade de ter duas ou mais propriedades. Não conhecíamos o sistema do INCRA, de restringir cada pessoa à posse de um único lote de terra no território. Naquele primeiro ano, limpei 17 ha. Você sai com uma foice no mês de abril para cortar os galhos menores e depois usa o machado para abater as árvores. Gastei seis semanas nesse trabalho feito à mão, mas ele poderia ter-me tomado só metade do tempo se eu tivesse condições de comprar uma moto-serra.



### 4.3. *Chegam os invasores*

Estava ainda limpando minha terra em 1973, quando começou a chegar gente em minha parte da floresta. Disseram primeiro que estavam apenas caçando, mas traziam consigo foices e outros instrumentos. Já tínhamos ouvido falar nas questões entre os posseiros de Espigão do Oeste e os colonos mandados para a região pelo INCRA. Indagamos dos Melhoranças quem era essa gente e nos explicaram que eram invasores que devíamos expulsar. Primeiro fomos à polícia, para que nos ajudasse a botá-los para fora, mas a polícia não quis fazer nada. Sem poder expulsá-los, alguns dos nossos moradores foram ao escritório do INCRA, recebendo lotes de 100 ha por outros lados. As estradas de serviço do INCRA estavam chegando bem perto de nós, com este distribuindo lotes à margem da estrada, com 500m de frente por 2.000 de profundidade, floresta adentro. Chegou então um posseiro para cultivar a terra a menos de 1000m de minha propriedade. Ele simplesmente chegou para trabalhar, sem comprar nada de ninguém. Sabíamos que essas terras tinham antes feito parte de uma fazenda. A fazenda não tinha casa, nem cultura, mas tinha um dono e os papéis estavam guardados com os Melhoranças. Perguntamos à empresa sobre essa gente e eles nos disseram: “Metam chumbo nesses grileiros”.

Mas eu preferi ir ao INCRA. Fui saber por mim mesmo e os funcionários disseram: “Não mandamos ninguém para lá.” Então o chefe do escritório abriu um mapa que mostrava onde o INCRA tinha dado lotes e os nomes das pessoas. Ele pôs o dedo no mapa e me perguntou: “Você é vizinho deste aqui?” Ao dizer que sim, ele me falou: “Vou separar 100 ha. para você aqui. Você tem direito a 100 ha. e não apenas aos 5 que você tem no momento. Respondi então: “Escute, essa terra já foi vendida pela Companhia Itaporanga”. Mas o homem do INCRA explicou: “Oficialmente, essa companhia não existe. A Companhia Itaporanga é clandestina, de invasores, de grileiros. As clareiras que você viu em Espigão do Oeste podem ter sido feitas por alguém que lá entrou e vendeu terra sem direito algum”. O homem me deixou com uma dúvida terrível. Os vizinhos que tinham comprado áreas maiores dentro da reserva indígena me contaram depois que tinham ido a Cuiabá e Porto Velho, para sondar sobre a companhia e descobriram que o governo nunca a tinha reconhecido. Isso me pôs entre a faca e a parede. Tive vontade de mudar-me daqui e procurar outra terra longe. Mas tinha primeiro que vender minha casa atual e terra e quem iria comprá-las de mim? Minha terra ficava dentro de um lote dado a algum outro pelo INCRA e ele estava vivendo lá, com seus dois filhos. Deixei então tudo e me mudei para um lote vizinho de 100 ha que o INCRA me ofereceu, todo virgem. Era uma mata só e, para chegar lá, tínhamos que passar pelas clareiras e lotes vendidos pela Companhia Itaporanga. Esses posseiros tinham limites de até 5.000 m de comprimento, enquanto os lotes do INCRA medem 20x100, com as estradas de serviço cortando as terras reclamadas pelos posseiros. Aos olhos do INCRA, eram terras do governo, sem ocupação. Mas aos olhos dos habitantes de Espigão do Oeste, eu estava invadindo terras de vizinho meu.

Os Melhoranças fizeram correr um abaixo assinado que eu deixei de assinar por picardia, pois assinava-se em branco para que texto fosse escrito depois. Era para pleitear de um tribunal que proibisse ao INCRA distribuir mais terras em Espigão do Oeste. A comunidade estava dividida entre os pequenos cultivadores, que ganharam recebendo os 100 ha oferecidos pelo INCRA e os que alegavam a posse de até 3.000 ha, que iriam perder quase tudo, se o INCRA entrasse com colonos. Minha mulher e eu conversamos sobre o risco que eu corria de não sair dessa vivo. Os Melhoranças não me ameaçavam diretamente, mas mandavam dizer por outros que todo homem tem só uma vida e que alguém poderia morrer numa disputa como essa. Um homem veio até mim na mata e me disse: “Veja, até a polícia, paga por nós, poderia meter uma bala em você e depois enfiar uma flecha de índio na

ferida e estava tudo acabado. Ninguém iria investigar”. Eu lhe disse: “Para mim é o mesmo morrer de uma flechada, a bala, ou de malária e fome. Não faz diferença alguma”.

#### *4.4. Outra realidade*

O problema aqui é muito sério, porque os Melhoranças fizeram propaganda de uma coisa e a realidade de Rondônia é outra. Distribuíram a terra como se fosse sua, venderam “beneficiamentos” e “serviços”, cobraram aluguel e abriram vendas que vendiam gêneros a preço muito alto, em troca de notas promissórias. Trouxeram todo um grupo de moradores para cá, gente que vendeu tudo para outros, ao descobrir que o negócio era arriscado. Eles foram tratados como invasores e não podiam ter auxílio do INCRA ou da polícia, quando outros vieram atrás. Muitos destes vêm absolutamente por conta própria, sem autorização alguma do INCRA, dos Melhoranças ou de quem quer que seja. São os que eu chamo de índios brancos. Pessoas abandonadas e privadas de tudo, sem rumo e sem destino, que vêm de todos os Estados e que rondam pelas estradas do Brasil. Chegam a Rondônia como aventureiros, à procura de qualquer coisa para viver. Encontram trabalho numa derrubada bem dentro da floresta. O “gato” os leva para a mata e depois foge com o dinheiro. Assim, eles continuam vagando, como parte de uma onda crescente de gente marginalizada, até que arribam a terra de algum outro. Os índios brancos tanto podem querer terra para si, como trabalhar em parceria. Podem ter sido outrora agricultores no Sul do país, despachados em massa para o interior distante ou para as cidades pelas novas máquinas colhedoras. Muitos deles chegam aqui a Rondônia cinco ou seis famílias num caminhão, às vezes sem dinheiro algum ou bens. A propaganda do INCRA, pelo rádio ou pelos jornais, falou-lhes de terra de graça em Rondônia. Mas há gente demais para o INCRA agenciar; e então eles vêm de própria iniciativa. Um tipo esperto chega no meio de 50 famílias desesperadas e espalha a notícia da que elas melhorarão de vida se forem para uma região bem embrenhada na mata e começarem a trabalhar ali. Ademais, o INCRA diz que a terra é de quem trabalha. Eles pensam que não há proprietários e um dia chega um deles; descobrem que estão morando numa reserva indígena, ou que um dos **grupos fortes** de São Paulo já comprou essa selva, em hasta pública. Nasce uma briga que só Deus resolve. É o que aconteceu em Espigão do Oeste.

Rondônia é hoje no Brasil a região mais dinâmica de colonização agrícola, mas a máquina governamental está sendo avassalada pela pressão de novos moradores à procura de terra pela fronteira brasileira. Afirma-se que o INCRA dispõe de 300.000 km<sup>2</sup> de terras do governo na Amazônia, mas boa parte destas já foi invadida e passada de mão em mão muitas vezes, antes que os programas de colonização pudessem ser executados.

A figura central do conflito por terras em Rondônia é o capitão Silvio Gonçalves de Faria, até há pouco diretor dos projetos de colonização do INCRA no território. O capitão Sílvio é um mulato enorme e durão, uma figura imponente com cabelos grisalhos em desalinho e olhos grandes e suaves, que, nos últimos dez anos, se constituiu em maldição dos latifundiários locais e dos **grupos fortes** de empresários do Sul que compraram grandes áreas seringueiras de residentes. Atualmente com mais de cinquenta anos, o capitão Sílvio é um veterano de três décadas na Amazônia, primeiro como topógrafo militar, medindo as fronteiras brasileiras com o Paraguai e Bolívia, depois abrindo campos de pouso na mata virgem. No curso dessas décadas subiu de praça a capitão, num Exército em que tal gênero de promoções por confronto de méritos é muito raro, adquirindo uma familiaridade com a Amazônia que pouca gente no Brasil tem. “As pessoas vêm para a Amazônia sem conhecimento das limitações peculiares do que pode ser feito”, diz ele. “Por exemplo, você é do Sul; digamos, de São Paulo. É filho de um proprietário de terras, um dono de 10 mil cabeças de

gado e de 5.000 ha. Você tem um avião particular, uma boa conta no banco, ligações políticas excelentes e certa margem de prática. Um tipo assim chega à Amazônia, com todo esse dinheiro e gado atrás de si, entusiasmado e com disposição para realizações. Mas terá que limpar uma área, coisa que seu avô talvez tenha feito, mas que ele próprio não sabe como fazer. A primeira coisa que faz é procurar terra, limpar uma área que não tenha outro dono. Acha que, terminada essa parte, os que encontrou já vivendo por lá ou deverão mudar-se, ou tornar-se empregados seus. Quando porém estes — índios ou agricultores — também pretendem ser proprietários e não querem ir embora, começa o choque. Vem o paulista e compra 100.000, 200.000 ha na Amazônia, uma extensão que sequer poderia cogitar de comprar no Sul. E pensa que essa terra não tem dono; mas tem. Só 5% de Rondônia foram vendidos legalmente até 1968; o resto é do governo, da União, que está a franquiar-lo aos que trabalham diretamente na terra e suas famílias. Para mim, o estatuto da Terra tem apenas uma cláusula; não, uma frase que é parte de uma cláusula: “o agricultor tem direito de permanecer na terra que cultiva.”

Capitão Sílvio defendeu esse princípio com uma obstinação que teve seu lado de grandeza, mas ultimamente foi batido, tornando-se consultor de empresas privadas que procuram comprar terras na região.

Visitei-o na sede principal do INCRA em Porto Velho, em dezembro de 1976, poucos dias antes de deixar o cargo. Ao entrar em seu escritório naquele sábado de tarde, encontrei-o a dar instruções pormenorizadas sobre títulos de posse da terra a um secretário que trajava uma camisa Batman alaranjada e *blue jeans* com outros jovens assessores em torno da mesa. Excetuando-se alguns funcionários mais graduados, o pessoal do INCRA é muito moço. No novo projeto de colonização do Gy-Paraná, por exemplo, onde estão milhares de residentes mandados pelo INCRA para áreas reclamadas pelos empreendedores de Espigão do Oeste, os dois gerentes de projetos contam 25 e 23 anos, com menos de seis meses na função e sem experiência anterior dos complexos problemas de colonização, salvo um curso intensivo de três meses na matriz do INCRA em Brasília. Não faz surpresa que organização tão frágil seja atropelada pelo impacto dos caminhões carregados de famílias camponesas, a chegar a cada dia à cidade cogumelo de Cacoal à procura de terra na lei ou na marra, arrastando à fraude generalizada, à corrupção ou ao desmando administrativo, funcionários inferiores encarregados das decisões quotidianas sobre reconhecimento oficial da posse **de facto**, ou sobre encaminhar uma família determinada para um lote específico de terra. Todos os dias, ao amanhecer, esses pioneiros fazem fila à porta do trabalho de Edvaldo de Santana, chefe do escritório do INCRA em Cacoal. “É uma situação sem saída”, diz Santana, um jovem que dirige uma camionete do governo com um revólver de lado, enrolado numa revista. “Nós tomamos os nomes, e dizemos às pessoas para esperar por uma ocasião. Muitos não esperam. Não vou mais à cidade, porque não quero ouvir propostas de propinas, ou, ainda pior, ser assassinado. A última vez que fui à cidade à noite, estive sendo seguido por dois pistoleiros. O que me salvou foi encontrar-me casualmente com dois amigos que vinham na direção oposta. É a lei da selva. Há gente aqui que aceita matar por Cr\$ 400,00”.

#### *4.5. Muita especulação*

Uma das coisas impressionantes da expansão de Cacoal e do resto da fronteira brasileira é que tantas pessoas se estabeleçam nas novas áreas urbanas, com um pé na cidade e outro no campo, para negociar e especular sobre a terra. “As pessoas preferem negociar com terras a cultivá-las”, disse-me um pároco da região. “Eles fazem o tráfico de apresentações a funcionários do INCRA que ratificarão transações ilegais e por dinheiro tirarão colonos de um solo pobre para um bom. Vizinhos e parentes oriundos do Sul costumam estabelecer-se

juntos, em Rondônia. Tendo um caminhão e algum dinheiro, os fazendeiros e negociantes de lugarejos podem viver na região urbana e deixar o trabalho de colonização de suas terras para compadres menos afortunados, que empregam. Dos estabelecidos, os grandes costumam absorver os pequenos. Vêm então os reais grandes proprietários, de São Paulo e do Paraná. Alguns dos maiores compraram terras e ergueram serrarias na região; outros vieram pela BR-364 para observar. Um deles me disse: “Deixem os bichos entrar primeiro. Deixem que eles contratam malária e hepatite e que façam o trabalho bruto de limpar a floresta. Quando estiver pronto, viremos com dinheiro para comprar. Não chegou a hora ainda”.

Até sua demissão, no ano passado, capitão Sílvio bateu-se duramente para guardar Rondônia como região de colonização para pequenos cultivadores. Entrou em choque com latifundiários locais e com as empresas que compraram velhos direitos a grandes partes da floresta. Nessas disputas, teve o apoio de altos funcionários em Brasília, mas este acabou, com acusações de administração arbitrária e ineficiente. “O INCRA gostaria de negociar com os residentes da região que pleiteiam grandes propriedades seringueiras sem ter título”, diz um antigo advogado do INCRA. “Essas pessoas abririam mão de uma reivindicação, digamos, de 300.000 ha de mata virgem, por uma promessa do INCRA de um título líquido à posse de 12.000 ha.. Mas depois a burocracia do INCRA ficaria impossibilitada de entregar os títulos definitivos: enquanto isso, as terras teriam sido invadidas por forasteiros, levando os residentes a torrar, em desespero, suas reivindicações, vendendo-as a grupos empresariais do Sul. A diferença entre os **grupos fortes** e os latifundiários locais é que os primeiros dispõem de rios de dinheiro para advogados, aviões, a contratação de pessoal para a limpeza do terreno, para influenciar politicamente e para financiar campanhas de imprensa contra o INCRA. O capitão Sílvio derrotou muitos deles: mas foi rígido demais com companhias portadoras de reivindicações legitimadas. Tinham dinheiro e prestígio para resistir, acabando por ganhar a causa”.

A principal realização do capitão Sílvio foi Ouro Preto, o primeiro e mais feliz projeto de colonização na Amazônia, na atual vaga de ocupação, ocupando 500 mil hectares de terra roxa no interior de Rondônia, de um e outro lado da BR-364. Contrastando com a violência e desordem ocorridas quando da abertura e instalação nas áreas de selva em torno, Ouro Preto é um lugar relativamente calmo. Tem cerca de 7 mil famílias cultivando arroz, milho, feijão, banana, café, cacau e criando porcos. O INCRA construiu uma agência urbana em Ouro Preto, com escritórios, escolas, oficinas, locais para armazenamento de grãos, uma clínica e um campo de pouso. E se abriu mais de 1.000 km de estradas de apoio pelo projeto de colonização, recorre a helicópteros em missões de emergência e para possibilitar aos agentes de extensão chegar aos muitos colonos cujos lotes de 100 ha ainda não estão servidos de estradas, ou cujas estradas desaparecem na estação chuvosa. Além de atender às próprias necessidades de subsistência, os cultivadores de Ouro Preto produziram, em 1975 - 1976, 42 mil toneladas de arroz, feijão e milho, com valor de venda no mercado de mais de Cr\$ 220 milhões. Enquanto investimento do setor público e estabelecimento bem-organizado, Ouro Preto é talvez o mais pujante e bem-sucedido esforço de colonização jamais feito no Brasil. Mas não é o bastante, evidentemente. A pressão de demanda de terra é demais para que o INCRA, com a limitada capacidade de organização revelada em outros projetos de colonização em Rondônia, seja capaz de suportá-la.

## NOTAS:

(1) *A melhor exposição dessa teoria está no ensaio de Carl O. Sauer, Agricultural Origins and Dispensals (1952), inserido em sua obra Seeds, Spades, Hearths and Herds: The Domestication of Animals and Foodstuffs (Cambridge, MIT Press, 1969).*

(2) *Sauer, o. c., p.131*

- (3) *Um levantamento histórico da expansão da agricultura de sementes por regiões de culturas de raízes está em David H. Harris. The Origins of Agriculture in Tropics, America Scientist, março-abril, 1972.*
- (4) *Frank W. Lewenstein, Some Consideration of Biological Adaptation by Aboriginal Man to the Tropical Rain Forest, Betty J. Meggers e outros (editores), Tropical Forest Ecosystem in African and South America (Washington, Smithsonian Institution, 1973), p. 293.*
- (5) *Paul W. Richards, The Tropical Rain Forest, Scientific American, dezembro de 1973, p. 64.*
- (6) *E. J. Fittkau e H. Klinge, on Biomas and Tropic Structure on the Central Amazonian Rain Forest Ecosystem, Biotropics, abril de 1973, p. 10.*
- (7) *Essa possibilidade é encarada com ceticismo por Betty Meggers, Amazonia: Man and Culture in a Counterfeit Paradise, Chicago, Aldine, 1971; e por Daniel R. Gross, Protein Captur and Cultural Development in The Amazon Basin, America Antropologist, setembro de 1975.*
- (8) *Euclides da Cunha, Os “caucheros”, À Margem da História, 3ª edição, Porto, 1922, p. 79.*
- (9) *Pierre Gourou, The Tropical World, 4ª edição, Londres, 1966, pp. 165 e ss.*
- (10) *Citado por David M. Davidson, Rivers and Empire: The Moderns Route and the Incorporation of the Brazilian Far West 1799-1804 (dissertação para PhD na Universidade Yale, 1970), p. 110.*
- (11) *Algumas dessas idéias vêm de W. Arthur Lewis, nas conferências de Janeway sobre A Evolução da Ordem Econômica Internacional, março de 1977.*
- (12) *Para uma história dessa ferrovia e do sentido que ela levava, veja-se Fernando de Azevedo, Um Trem Corre para Oeste, São Paulo, 1950.*
- (13) *Porto Velho, Rio Branco e Cuiabá (Brasil); Iquitos (Peru) e Santa Cruz (Bolívia).*
- (14) *Clarence H. Danhof, Change in Agriculture: The North United States, 1820-1870, Cambridge, Harvard University Press, 1969, p. 28.*
- (15) *Robert R. Dykstea, The Cattle Town, 2ª edição, Nova Iorque, Atheneum, 1976, p. 79.*
- (16) *Robert R. Dykstra, The CattleTowns, 2ª edição, The York, Atheneum, 1976, p. 113*
- (17) *Ver, para uma descrição de movimentos guerrilheiros e de outras agitações na região. Brazil: Fish in Water, Latin America, Londres, 24 de agosto da 1973 (uma carta semanal) e Anibal Fernando, A Área Mais Tensa do País, Folha de São Paulo, 2 de janeiro de 1977*

- (18) *Citado por Warren Dean, Latifundia and Land Policy in Nineteenth Century Brazil, Hispanic American Historical Review, novembro de 1971, p. 611*
- (19) *Walter Prescott Webb, The Great Plains, New York, Ginn, 1931, p. 230*
- (20) *Viagem ao Remoto País dos Territórios, Visão, 7 de outubro á. 1974, pp. 47-84. 167-178.*
- (21) *Sue Branford, Brazil: Turning the Jungle into Ranchland, Financial Times, Londres, 16 de dezembro de 1976, p. 37.*
- (22) *Fernand Braudei, Capitalism and Material Life, 1400-1800, Nova Iorque. Harper Torchbooks, 1974, p.*
- (23) *Para um esboço histórico do processo mundial de devastação florestal, veja Erik P. Eckholm, Losing Ground: Environmental Stress and World Food Prospects, Nova Iorque, Norton, 1976, pp. 25-45*
- (24) *H. C. Darby. The Clearing of the Woodland in Europe, in Man's Role in Chanhjng the Faoe of the Earth. Chicago, University of Chicago Press, 1956, p. 200.*
- (25) *Essa transferência energética foi descrita por Carlo M. Cipolla, Before the Industrial Revolution: European Society and Economy, 1000-1700, Nova Iorque, Norton, 1976, pp. 228.230 a 265.268.*
- (26) *Mark Elvin, The Pattern of the Chinese Past, Stanford, 1962, p. 85*
- (27) *Allen L. Hammond, Remote Sensing (II) Brazil Explores Its Amazon Wilderness, Science, 29 de abril de 1977, p. 515.*
- (28) *Bert Bolin, Changes of Land Biota and Their Importance for the Carbon Cycle, Science, 6 de maio de 1977. p. 614.*
- (29) *Richards, o. c., pp. 59, 66.*
- (30) *Veja-se, por exemplo, Vaclav Smit, Intermediate Energy Technology in China, Bulletin at the Atomic Scientists, Fevereiro de 1977.*
- (31) *Tirado de Bill Wolverton e Rebecca C. McDonald, Don't Waste Waterweeds, New Scientist, 12 de agosto de 1976.*
- (32) *Um levantamento dessas possibilidades está em Emilio F. Moran, Food, Development and Man in the Tropics, in M. Arnott (editor), Gastronomy: The Anthropology of Food and Food Habits. Haia, Mouton. 1976.*
- (33) *Para um estudo do impacto da Imprensa agrícola nos Estados Unidos, veja Danhof, o. c, pp.55-59; e Paul W. Gates, The Farmer's Age: Agriculture, 1815-1860, Nova Iorque, Harper Torchbooks, 1968, pp.338-357.*

